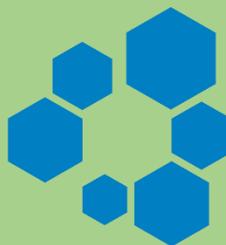


PPGFIL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
FILOSOFIA

FAFIL
FACULDADE DE
FILOSOFIA



UFG
UNIVERSIDADE
FEDERAL DE GOIÁS

**XI SEMINÁRIO INTERNO
DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM FILOSOFIA DA UFG**

**Programação
&
Caderno de Resumos**

**Organização e editoração:
Renato Moscateli**

**GOIÂNIA
16 A 18 DE OUTUBRO DE 2019**

Programação

16/10 (Quarta-Feira)

Sessão 1: 08:00 h às 09:30 h

Mesa 1 - Sala de Defesas do PPGFil

Coordenador: Adriano Correia Silva

- **Doutorando:** Aelton Leonardo Santos Barbosa
Título da comunicação: Uma “tentação neoliberal” em Foucault? A recepção do *Nascimento da Biopolítica*
- **Doutorando:** Guilherme de Freitas Leal
Título da comunicação: A Abertura para o Outro: a experiência da Pintura, do Cinema, do Teatro, da Literatura
- **Doutorando:** Ramon T. Piretti Brandão
Título da comunicação: Ética, verdade e resistência: sobre o exercício da intelectualidade como ação possível

Mesa 2 - Sala de Defesas (AS-01) da FCS

Coordenador: Wellington Damasceno de Almeida

- **Mestrando:** Jean Carlos Campos de Souza Junior
Título da comunicação: A teoria da mudança russelliana
- **Doutorando:** Renan Eduardo Stoll
Título da comunicação: Considerações sobre um princípio comum às substâncias imóveis e sensíveis e sua possível relação com a ciência buscada na *Metafísica* de Aristóteles
- **Mestrando:** Edney Augusto Cordeiro Silva
Título da comunicação: O tratamento da escultura em Hegel por meio da leitura de Jack Kaminsky e Stephen Houlgate

Intervalo

Sessão 2: 10:00 h às 12:00 h

Mesa 3 - Sala de Defesas do PPGFil

Coordenador: Rafael Rodrigues Pereira

- **Mestranda:** Aline Stephanie Freitas dos Reis
Título da comunicação: Teoria da ação e visibilidade em Judith Butler
- **Mestrando:** Davi Maranhão De Conti
Título da comunicação: Biopolítica e governamentalidade
- **Mestrando:** Ildo Corrêa da Silva Neto
Título da comunicação: Convergências entre Mouffe e Foucault: o projeto epistemológico como articulação entre o antagonismo e a pluralidade

Mesa 4 - Sala de Defesas (AS-01) da FCS

Coordenadora: Marcia Zebina Araújo da Silva

- **Doutorando:** Darley Fernandes
Título da comunicação: Autonomia e Subjetividade
- **Doutoranda:** Júlia Sebba Ramalho Morais
Título da comunicação: Fundamento, Sistema e Circularidade na Filosofia de Hegel
- **Doutoranda:** Sabrina Paradizzo Senna
Título da comunicação: O conceito de trabalho em Hegel
- **Doutorando:** Washington dos Santos Oliveira
Título da comunicação: A Questão do Trabalho no Contexto da Estética Hegeliana

17/10 (Quinta-Feira)

Sessão 1: 08:00 h às 09:30 h

Mesa 1 - Sala de Defesas do PPGFil

Coordenador: Ricardo Bazilio Dalla Vecchia

• **Mestrando:** Arthur Brito Neves

Título da comunicação: A linguagem como suposta ciência: um posicionamento *agnóstico* com relação ao problema coisa em si?

• **Doutorando:** Caius Brandão

Título da comunicação: A Superação do Castigo na Filosofia de Nietzsche: um Diálogo com Brian Leiter

• **Mestranda:** Patrícia Sheyla Bagot de Almeida

Título da comunicação: A perspectiva de Nietzsche acerca do problema da igualdade no desenvolvimento da democracia moderna

Mesa 2 - Sala de Defesas (AS-01) da FCS

Coordenador: Fábio Ferreira de Almeida

• **Doutorando:** Frederico Duarte Pires de Sousa

Título da comunicação: O tempo como problema do historiador: Koyré e os *Annales*

• **Mestrando:** Igor de Souza Cesário

Título da comunicação: O problema da incompatibilidade entre diferentes quadros de referência ou imagens de mundo (*Weltbild*) na obra Über Gewißheit

• **Mestrando:** Marcos Bruno Silva

Título da comunicação: Georges Canguilhem: a epistemologia histórica das ciências da vida

Intervalo

Sessão 2: 10:00 h às 12:00 h

Mesa 3 - Sala de Defesas do PPGFil

Coordenador: Renato Moscateli

• **Doutorando:** Anderson Carvalho dos Santos

Título da comunicação: Os fundamentos do pensamento Rousseauniano

• **Mestranda:** Angélica Carvalho Sant'Anna

Título da comunicação: Os tipos de necessidade em Jean-Jacques Rousseau

• **Mestranda:** Elga Lustosa de Moura Nunes

Título da comunicação: A deliberação, a opinião e o voto nas assembleias

• **Mestrando:** Marcelo Henrique Lisboa da Silva

Título da comunicação: Sentidos de liberdade na teoria política de Rousseau

Mesa 4 - Sala de Defesas (AS-01) da FCS

Coordenador: Rafael Rodrigues Pereira

• **Doutorando:** Claudio Alexandre Figueira Gomes

Título da comunicação: Sobre os aspectos pragmáticos da ética do discurso em Habermas

• **Doutorando:** João Lourenço Borges Neto

Título da comunicação: Violência constituinte e violência constituída: um diálogo com Carl Schmitt

• **Mestranda:** Lais Cristina Rocha de Jesus

Título da comunicação: A teoria da justiça como equidade: uma teoria política

• **Doutorando:** Pedro Lucas Dulci

Título da comunicação: Por que o poder precisa de louvor? A relação entre teologia cristã, política e mídia na filosofia de Giorgio Agamben

Sessão 3: 14:00 h às 16:00 h

Mesa 5 - Sala de Defesas do PPGFil

Coordenadora: Martina Korelc

- **Doutorando:** Alexandre Guedes

Título da comunicação: A importância do estudo sobre o sentido da *linguagem poética* em Heidegger para o entendimento de seu projeto de superação da metafísica

- **Mestrando:** André Prock Ferreira

Título da comunicação: *O fenômeno mundo* no pensamento de Heidegger: interpretações e recepções

- **Doutorando:** José Reinaldo Felipe Martins Filho

Título da comunicação: Dois caminhos para o ser: elementos da crítica steiniana a *Sein und Zeit*

- **Doutoranda:** Thayla Magally Gevehr

Título da Comunicação: O problema da subjetividade em Heidegger

Mesa 6 - Sala de Defesas (AS-01) da FCS

Coordenadora: Adriana Delbó Lopes

- **Doutoranda:** Carmelita Brito de Freitas Felício

Título da comunicação: Hannah Arendt, as mulheres e a arte da narrativa de revelar um “quem”

- **Doutoranda:** Mariana Andrade Santos

Título da comunicação: De Carcará a Bacurau: imagem, memória e história

- **Mestrando:** Marcelo Tannus Goulart

Título da comunicação: Música fugitiva: algumas considerações sobre a filosofia da música de Theodor Adorno

Intervalo

Lançamentos de publicações: 16:30 h às 17:00 h

Sala de Defesas do PPGFil

Estéticas Indígenas - III Colóquio de Estética da FAFIL/UFG

Livro organizado por Carla Milani Damião e Caius Brandão

Husserl: questões metafísicas

Livro organizado por Martina Korelc e Thiago Suman Santoro

Inquietude: Revista dos Estudantes de Filosofia da UFG

Volume 10, número 1, 2019

Sessão 4: 17:00 h às 18:30 h

Mesa 7 - Sala de Defesas do PPGFil

Coordenadora: Araceli Rosich Soares Velloso

- **Doutorando:** Chiyoko Gonçalves do Nascimento Oliveira

Título da comunicação: Indivíduos e extensão no nominalismo de Nelson Goodman

- **Doutoranda:** Priscilla da Veiga Borges

Título da comunicação: Usos da Palavra “eu”: alguns desdobramentos

- **Doutorando:** Vinícius Rodrigues Maione

Título da comunicação: O contexto teórico do Fundamentos da Aritmética de Gottlob Frege

18/10 (Sexta-Feira)

Sessão 1: 08:00 h às 09:30 h

Mesa 1 - Sala de Defesas do PPGFil

Coordenador: André da Silva Porto

- **Mestrando:** Diogo Conceição da Silva
Título da comunicação: A noção de regra matemática para Wittgenstein
- **Doutorando:** Filipe Borges Albernaz
Título da comunicação: Interpretação intuicionista de 'prova' e a rejeição do princípio do terceiro excluído
- **Doutorando:** Paulo Júnio de Oliveira
Título de comunicação: Sobre o problema da determinação e indeterminação das sequências matemáticas na filosofia de Brouwer

Intervalo

Sessão 2: 10:00 h às 12:00 h

Mesa 2 - Sala de Defesas do PPGFil

Coordenador: André da Silva Porto

- **Doutorando:** Igor Souza Saraiva
Título da comunicação: Axiomatizando teorias algébricas via teoria das categorias
- **Doutorando:** Paulo Henrique Silva Costa
Título da comunicação: Da concepção de uma linguagem que opera no vácuo à concepção de uma linguagem que descreve situações interlocutórias
- **Doutorando:** Sebastião Alonso Júnior
Título da comunicação: A ideia de "significado" (*Bedeutung*) na segunda filosofia de Wittgenstein

Mesa 3 - Sala de Defesas (AS-01) da FCS

Coordenador: Anderson de Paula Borges

- **Mestranda:** Adriane Nogueira Naves Perez
Título da comunicação: Reflexões sobre os capítulos i a v do livro *da Ethica Nicomachea*, de Aristóteles
- **Mestrando:** Brenner Brunetto Oliveira Silveira
Título da comunicação: O papel do logos escrito e/ou falado na paideia cínica
- **Mestranda:** Cristiane Martins da Silva
Título da comunicação: O papel da formulação de definições nas investigações da *Ética Nicomaqueia* de Aristóteles
- **Mestrando:** George Felipe Bernardes Barbosa Borges
Título da comunicação: O riso e a vergonha na retórica cínica

Sessão 3: 14:00 h às 16:00 h

Mesa 4 - Sala de Defesas do PPGFil
Coordenadora: Carla Milani Damião

- **Doutorando:** Éden Farias Vaz
Título da comunicação: Crimes Contra a Humanidade: uma reação jurídica ao fenômeno do mal extremo
- **Mestrando:** Eduardo Perez Oliveira
Título da comunicação: Felicidade: entre a objetividade das virtudes e a subjetividade do bem-estar
- **Doutorando:** João Pedro Andrade de Campos
Título da comunicação: Hannah Arendt e Charles Taylor: diálogos sobre reconhecimento e espaço público
- **Mestrando:** Joaquim Onofre Silva Neto
Título da comunicação: A liberdade indivisível: ruptura e permanência da tradição política dentro da perspectiva arendtiana

Mesa 5 - Sala de Defesas (AS-01) da FCS
Coordenadora: Helena Esser dos Reis

- **Mestrando:** Carlos Stuart Coronel Palma Junior
Título da comunicação: Andamento e desenvolvimento da pesquisa
- **Doutorando:** Eduardo Emanuel Ferreira Leal
Título da comunicação: Religião e Democracia: Uma reflexão a partir de Alexis de Tocqueville
- **Mestrando:** Gustavo Lenza Kuhn de Tavares
Título da comunicação: Concepção de Liberdade em Tocqueville
- **Mestrando:** Renato César Rodrigues
Título da comunicação: A Inglaterra Industrial sob as óticas de Engels e Tocqueville: consonância com a divisão e alienação trabalho nos *Manuscritos parisienses* de Marx

Intervalo

Sessão 4: 16:30 h às 18:30 h

Mesa 6 - Sala de Defesas do PPGFil
Coordenadora: Helena Esser dos Reis

- **Mestrando:** André Rezende Soares Correia
Título da comunicação: Proposta de uma teoria geral política em Rousseau
- **Doutorando:** Junio Cezar da Rocha Souza
Título da comunicação: Sentir na pele: corpo e sofrimento em Rousseau
- **Mestranda:** Kellen Aparecida Nascimento Ribeiro
Título da comunicação: Duplo do homem e a deliberação da vontade geral
- **Doutorando:** Moisés Rodrigues da Silva
Título da comunicação: A insensibilidade à consciência e à vontade geral e a desordem moral e política

Mesa 7 - Sala de Defesas (AS-01) da FCS
Coordenador: Fabien Georges Jacques Schang

- **Doutorando:** Carlos Henrique Carvalho Silva
Título da comunicação: A onto-fenomenologia da natureza em Merleau-Ponty
- **Doutorando:** Gilmário Guerreiro da Costa
Título da comunicação: Práxis e liberdade em Rosa Luxemburgo e Antonio Gramsci
- **Doutorando:** Hamilton Cezar Gomes Gondim
Título da comunicação: Posturas mistificadas e criação em Sartre
- **Mestrando:** Laércio Melo Martins
Título da Comunicação: A união da mente com Deus: o entendimento sobre o bem-estar

RESUMOS

SUMÁRIO

Adriane Nogueira Naves Perez	Reflexões sobre os capítulos i a v do livro v da <i>Ethica Nicomachea</i>, de Aristóteles	12
Aelton Leonardo Santos Barbosa	Uma “tentação neoliberal” em Foucault? A recepção do <i>Nascimento da Biopolítica</i>	13
Alexandre Guedes Barbosa	A importância do estudo sobre o sentido da <i>linguagem poética</i> em Heidegger para o entendimento de seu projeto de superação da metafísica	14
Aline Stephanie Freitas dos Reis	Teoria da ação e visibilidade em Judith Butler	15
Anderson Carvalho dos Santos	Os fundamentos do pensamento Rousseauiano	16
André Prock Ferreira	O <i>fenômeno mundo</i> no pensamento de Heidegger: interpretações e recepções	17
André Rezende Soares Correia	Proposta de uma teoria geral política em Rousseau	18
Angélica Carvalho Sant’anna	Os tipos de necessidade em Jean-Jacques Rousseau	19
Arthur Brito Neves	A linguagem como suposta ciência: um posicionamento <i>agnóstico</i> com relação ao problema coisa em si?	20
Brenner Brunetto Oliveira Silveira	O papel do logos escrito e/ou falado na paideia cínica	21
Caius Brandão	A Superação do Castigo na Filosofia de Nietzsche: um Diálogo com Brian Leiter	22
Carlos Stuart Coronel Palma Junior	Andamento e desenvolvimento da pesquisa	23
Carlos Henrique Carvalho Silva	A onto-fenomenologia da natureza em Merleau-Ponty	24
Carmelita Brito de Freitas Felício	Hannah Arendt, as mulheres e a arte da narrativa de revelar um “quem”	25
Chiyoko Gonçalves do Nascimento Oliveira	Indivíduos e extensão no nominalismo de Nelson Goodman	26
Claudio Alexandre Figueira Gomes	Sobre os aspectos pragmáticos da ética do discurso em Habermas	27

Cristiane Martins da Silva	O papel da formulação de definições nas investigações da Ética Nicomaqueia de Aristóteles	28
Darley Alves Fernandes	Autonomia e Subjetividade	29
Davi Maranhão De Conti	Biopolítica e governamentalidade	30
Diogo Conceição da Silva	A noção de regra matemática para Wittgenstein	31
Éden Farias Vaz	Crimes Contra a Humanidade: uma reação jurídica ao fenômeno do mal extremo	32
Edney Augusto Cordeiro Silva	O tratamento da escultura em Hegel por meio da leitura de Jack Kaminsky e Stephen Houlgate	33
Eduardo Emanuel Ferreira Leal	Religião e Democracia: Uma reflexão a partir de Alexis de Tocqueville	34
Eduardo Perez Oliveira	Felicidade: entre a objetividade das virtudes e a subjetividade do bem-estar	35
Elga Lustosa de Moura Nunes	A deliberação, a opinião e o voto nas assembleias	36
Filipe Borges Albernaz	Interpretação intuicionista de 'prova' e a rejeição do princípio do terceiro excluído	37
Frederico Duarte Pires de Sousa	O tempo como problema do historiador: Koyré e os <i>Annales</i>	38
George Felipe B. B. Borges	O riso e a vergonha na retórica cínica	39
Gilmário Guerreiro da Costa	Práxis e liberdade em Rosa Luxemburgo e Antonio Gramsci	40
Guilherme de Freitas Leal	A Abertura para o Outro: a experiência da Pintura, do Cinema, do Teatro, da Literatura	41
Gustavo Lenza Kuhn de Tavares	Concepção de Liberdade em Tocqueville	42
Hamilton Cezar Gomes Gondim	Posturas mistificadas e criação em Sartre	43
Igor de Souza Cesário	O problema da incompatibilidade entre diferentes quadros de referência ou imagens de mundo (<i>Weltbild</i>) na obra <i>Über Gewißheit</i>	44

Igor Souza Saraiva	Axiomatizando teorias algébricas via teoria das categorias	45
Ildo Corrêa da Silva Neto	Convergências entre Mouffe e Foucault: o projeto epistemológico como articulação entre o antagonismo e a pluralidade	46
Jean Carlos Campos de Souza Junior	A teoria da mudança russelliana	47
João Lourenço Borges Neto	Violência constituinte e violência constituída: um diálogo com Carl Schmitt	48
João Pedro Andrade de Campos	Hannah Arendt e Charles Taylor: diálogos sobre reconhecimento e espaço público	49
Joaquim Onofre Silva Neto	A liberdade indivisível: ruptura e permanência da tradição política dentro da perspectiva arendtiana	50
José Reinaldo Felipe Martins Filho	Dois caminhos para o ser: elementos da crítica steiniana a <i>Sein und Zeit</i>	51
Júlia Sebba Ramalho	Fundamento, Sistema e Circularidade na Filosofia de Hegel	52
Junio Cezar da Rocha Souza	Sentir na pele: corpo e sofrimento em Rousseau	53
Kellen Aparecida Nascimento Ribeiro	Duplo do homem e a deliberação da vontade geral	54
Laércio Melo Martins	A união da mente com Deus: o entendimento sobre o bem-estar	55
Lais Cristina Rocha de Jesus	A teoria da justiça como equidade: uma teoria política	56
Marcelo Henrique Lisbôa da Silva	Sentidos de liberdade na teoria política de Rousseau	57
Marcelo Tannus Goulart	Música fugitiva: algumas considerações sobre a filosofia da música de Theodor Adorno	58
Marcos Bruno Silva	Georges Canguilhem: a epistemologia histórica das ciências da vida	59
Moisés Rodrigues da Silva	A insensibilidade à consciência e à vontade geral e a desordem moral e política	60
Patrícia Sheyla Bagot de Almeida	A perspectiva de Nietzsche acerca do problema da igualdade no desenvolvimento da democracia moderna	61

Mariana Andrade Santos	De Carcará a Bacurau: imagem, memória e história	62
Paulo Henrique Silva Costa	Da concepção de uma linguagem que opera no vácuo à concepção de uma linguagem que descreve situações interlocutórias	63
Paulo Júnio de Oliveira	Sobre o problema da determinação e indeterminação das sequências matemáticas na filosofia de Brouwer	64
Pedro Lucas Dulci	Por que o poder precisa de louvor? A relação entre teologia cristã, política e mídia na filosofia de Giorgio Agamben	65
Priscilla da Veiga Borges	Usos da Palavra “eu”: alguns desdobramentos	66
Ramon T. Piretti Brandão	Ética, verdade e resistência: sobre o exercício da intelectualidade como ação possível	67
Renan Eduardo Stoll	Considerações sobre um princípio comum às substâncias imóveis e sensíveis e sua possível relação com a ciência buscada na <i>Metafísica</i> de Aristóteles	68
Renato César Rodrigues	A Inglaterra Industrial sob as óticas de Engels e Tocqueville: consonância com a divisão e alienação trabalho nos <i>Manuscritos parisienses</i> de Marx	69
Sabrina Paradizzo Senna	O conceito de trabalho em Hegel	70
Sebastião Alonso Júnior	A ideia de “significado” (<i>Bedeutung</i>) na segunda filosofia de Wittgenstein	71
Thayla Magally Gevehr	O problema da subjetividade em Heidegger	72
Vinícius Rodrigues Maione	O contexto teórico do Fundamentos da Aritmética de Gottlob Frege	73
Washington dos Santos Oliveira	A Questão do Trabalho no Contexto da Estética Hegeliana	74

Mestranda: Adriane Nogueira Naves Perez

Linha de pesquisa: Metafísica e Teoria do Conhecimento

Orientador: Anderson de Paula Borges

Título do projeto de pesquisa: Justiça e Mediedade na *Ethica Nicomachea V*, de Aristóteles

Título da comunicação: Reflexões sobre os capítulos i a v do livro v da *Ethica Nicomachea*, de Aristóteles

Resumo:

Na presente comunicação, pretende-se desenvolver com mais profundidade os comentários, principalmente de Marco Zingano e de Sarah Broadie e Christopher Rowe, aos capítulos I a V do livro V da *Ethica Nicomachea*, de Aristóteles, que é dividido em 15 capítulos.

De início, importante frisar que o Tratado da Justiça é um livro inteiro dedicado à noção de justiça. É um livro comum, que se repete na *Ethica Eudemia*, nesta obra encontrado no livro IV.

Para fins didáticos, Marco Zingano divide o texto da *EN V* em duas partes: na primeira, que vai do capítulo I ao IV, ele diz que estão expostos os conceitos básicos relacionados à justiça. Na segunda parte, que vai do capítulo V ao XV, Zingano menciona que Aristóteles examina “*problemas e dificuldades*”.

De fato, Aristóteles inicia os quatro primeiros capítulos do livro V da *EN* elucidando conceitos basilares de justiça, mormente a partir da subdivisão entre justiça geral e justiça particular, o que pode ser extraído, por exemplo, do capítulo 2, 1129a27-32. Nota-se que Aristóteles faz uso de uma homonímia para os dois tipos de justiça, a qual segue o movimento gênero-espécie: a justiça geral é um gênero, do qual a justiça particular é uma espécie. Dando seguimento a seus estudos sobre a homonímia existente no conceito de justiça, Aristóteles pronuncia, em 1129a33-b1, que o injusto se diz de muitos modos, englobando tanto quem age contra a lei quanto quem é ganancioso e fomenta a desigualdade. O justo será, então, o contrário disso: quem se ampara na lei e pugna pela igualdade.

Assim é que, no sentido geral ou amplo, é justo quem, amparando-se na lei, carrega consigo a disposição de estabelecer com outrem relações segundo as prescrições morais.

Aristóteles também define a justiça como “*uma virtude completa, porém não absolutamente, mas sim relativamente a outrem*” (1129b27-28), cabendo também maiores investigações sobre o que o autor quis dizer com a expressão virtude completa.

Ao lado da justiça geral repousa a justiça particular, espécie e parte da primeira. Retomando as explicações sobre a diferença entre os conceitos homônimos de justiça, Aristóteles, no início do capítulo IV, apresenta casos em que alguém pode ser considerado injusto por desobedecer às leis (injusto sob a perspectiva geral), sem que disso decorra qualquer relação com perdas e ganhos e distribuições justas, com os quais se relaciona a justiça particular. Deste modo, Aristóteles deixa claro que a justiça particular relaciona-se com perdas e ganhos e com distribuições justas, sendo também subdividida em justiça distributiva e retificatória. No ponto, Aristóteles introduz reflexões interessantes sobre pleonexia, imparcialidade e igualdade.

Inclusive, importante destacar que a noção aristotélica de justiça, concatenada à igualdade, é influenciada por Platão. Quanto a este aspecto, interessante salientar que a noção de igualdade aristotélica, tal qual a platônica, permite diferentes registros, os quais, se não levados em conta, podem acabar por promover justamente o que se quer evitar: a desigualdade. Assim é que a justiça aristotélica, ao incorporar a inspiração platônica sobre estes diferentes registros de igualdade, confere tratamento matemático específico a cada uma das subespécies de justiça particular: no caso da justiça distributiva, a justa proporção encontra-se na aplicação de regras geométricas de igualdade, a teor da herança platônica; no caso da justiça corretiva ou retificatória, basta a igualdade aritmética.

De todo modo, importa acentuar que Aristóteles erige a igualdade a uma noção básica e última de justiça, razão pela qual ela passa a justificar a natureza das ações justas.

Dito isso, em suma, o que se pretende expor na presente comunicação são as noções primárias imprescindíveis à compreensão do ideal aristotélico de justiça: o significado da justiça como virtude completa; como podem ser entendidas a justiça geral e a particular; dentro do último conceito, do que tratam a justiça distributiva e a retificatória; as relações estabelecidas entre o conceito de justiça e os conceitos de pleonexia e imparcialidade e, por fim, as relações que Aristóteles propõe entre justiça e igualdade.

Doutorando: Aelton Leonardo Santos Barbosa

Linha de pesquisa: Ética e Filosofia Política

Orientador: Adriano Correia Silva

Título do projeto de pesquisa: Para uma genealogia da sociedade civil. Governamentalidade liberal e subjetivação contemporânea

Título da comunicação: Uma “tentação neoliberal” em Foucault? A recepção do *Nascimento da Biopolítica*

Resumo:

Em 2014, o pesquisador de sociologia política Daniel Zamora publicou uma coletânea de artigos cujo título, *“Critiquer Foucault: les années 1980 et la tentation néolibérale”* colocam em primeiro plano a relação do filósofo francês com o seu objeto de estudo no fim dos anos 70. As lições de Michel Foucault sobre o liberalismo e o neoliberalismo – estas últimas compõem a maior parte de seu curso “Nascimento da Biopolítica”, ministrado em 1979 – saíram, nos últimos 15 anos, de relativa obscuridade para o centro do debate sobre o legado político deste pensador e sua eventual coerência ideológica. Não há dúvidas de que a recepção destas aulas, em especial a partir de sua publicação em formato livro pela Seuil/Gallimard em 2004, foi influenciada não só pela transformação das palavras proferidas por Foucault em 1979 em texto escrito no século XXI, como pela retomada e ressignificação do vocábulo “neoliberalismo” na esteira das políticas econômicas pós Thatcher/Reagan, dos anos 80 em diante. Há, além disso, o problema adicional do próprio deslocamento do significado de “neoliberalismo” na fala foucaultiana ao longo do curso. A princípio referindo-se a toda uma tentativa de renovação do pensamento liberal econômico a partir de sua derrocada como política estatal após a crise de 1929, organizando-se em especial no colóquio Walter Lipmann (26 a 30 de agosto de 1938), Foucault parece reservar depois essa palavra para a recepção norte-americana do liberalismo radicalizado de pensadores austríacos como Ludwig von Mises e Friedrich von Hayek (em contraposição, por exemplo, ao “ordoliberalismo alemão”). Adicione-se a isso o fato de que esta incursão pela história do pensamento econômico é um tanto inusual na obra foucaultiana (mesmo que seja também verdade que esta sempre se caracterizou pela diversidade de seus interesses de pesquisa), embora tenha sido antecipada em grande medida por incursões no curso anterior, “Segurança, Território, População” (1978), do qual o “Nascimento da Biopolítica” pretende-se uma continuação. Tudo isso, junto ao seu caráter majoritariamente descritivo (em pouquíssimos momentos encontramos algo que possa ser considerado um juízo de valor sobre o neoliberalismo) dessas lições, ajudam a explicar a recepção excepcionalmente ambígua dessas lições. A comunicação mostrará as linhas gerais da recepção desse curso foucaultiano: a formação dos *governmental studies* no mundo anglo-saxão já nos anos 90; a recepção “biopolítica” na Itália e outros países de língua latina (como o Brasil); a emergência de uma posteridade foucaultiana de direita a partir de François Ewald; o uso dos cursos como “caixa de ferramentas teórica” contra o neoliberalismo em obras como as de Thomas Lemke, Wendy Brown, e Christian Laval; e a acusação de conversão ao neoliberalismo, comum em meios marxistas já anteriormente hostis ao pensador genealogista. A partir daí, contestará a hipótese levantada por Serge Audier, no seu “Penser le néolibéralisme. Le moment néolibéral, Foucault, et la crise du socialisme”, de que o “neofoucaultismo” teria formado uma “vulgata” hegemônica sobre a leitura correta do Nascimento da Biopolítica e mesmo do fenômeno neoliberal.

Doutorando: Alexandre Guedes

Linha de pesquisa: Metafísica e Teoria do Conhecimento

Orientadora: Martina Korelc

Título do projeto de pesquisa: Heidegger: A linguagem poética como superação da metafísica da subjetividade

Título da comunicação: A importância do estudo sobre o sentido da *linguagem poética* em Heidegger para o entendimento de seu projeto de superação da metafísica

Resumo:

Nosso objetivo é indicar que, com o entendimento do que vem a ser a *linguagem poética* pensada por Heidegger, temos a possibilidade de compreender melhor seu projeto de superação da metafísica e, com isso, identificar a sua efetivação.

O projeto de superação da metafísica está intrinsecamente ligado ao objetivo geral de *Ser e tempo* (1927), que anuncia a necessidade de se alcançar uma adequada questão pelo sentido do Ser em geral. Isso só poderá ser efetivado por meio de uma mudança no modo de se pensar a ontologia. Essa mudança só será possível pela superação do modo tradicional de se pensar o Ser em referência ao ente, o que Heidegger aponta como sendo o agir característico da tradição metafísica.

Esse, por assim dizer, “enquadramento” da metafísica é feito a partir de seu entendimento da *diferença ontológica*, tema que trata da diferença entre Ser e ente. De maneira geral, no âmbito desse pensamento, a palavra “Ser” indica um fenômeno complexo constituído por uma estranha relação entre *doação* e *retração*. Ou seja, há *doação* quando *acontece* a compreensão da essência do *tempo*, do *pensamento*, da *linguagem* e do *homem*, ao mesmo tempo que há o *recolhimento* do Ser quando o mesmo não se submete a uma forma conceitual que pretende ser absoluta. O ente, neste prisma, é o que se submete ao conceito, a uma determinação, a uma representação e, por isso, pode ser “manipulável”. Essa, para Heidegger, é uma atividade inerente ao *pensamento racional, técnico e calculador*. A metafísica, nesta perspectiva, é identificada como o pensamento do Ser por meio do ente, quer dizer, ela pensa a *entidade* e não o Ser.

Portanto, para Heidegger, os diversos modos de se conceituar a entidade (o Ser do ente) sempre foi assunto da metafísica, cuja tradição filosófica foi responsável pela condução e proteção, no decorrer da história do pensamento, da concepção do Ser como *substância*, o que a permite ser caracterizada como uma ontologia fundamentada na ideia de que, enquanto algo *subjaz* em um determinado aspecto, este algo *é*, ou seja, há aí o Ser; este caráter *substancial* do Ser é sinalizado pela locução: *Metafísica da subjetividade*.

No entanto, não vemos, claramente, se tal projeto foi efetivado no âmbito de sua filosofia, e isso, por sua vez, permite que estudiosos afirmem, por exemplo, que o projeto heideggeriano foi abandonado, uma vez que ele não teria conseguido se desvencilhar da linguagem filosófica corrente, a qual critica e, de certa forma, a incompletude de *Ser e tempo* testifica isso.

Porém, vemos que o projeto heideggeriano pode ser compreendido como constituído por duas etapas: 1) alcançar o pensamento do *sentido* do Ser por meio da linguagem filosófica tradicional; 2) após isso (etapa 1), expressar este pensamento do Ser em uma linguagem apropriada. Tomando isso como base, *Ser e tempo*, por exemplo, pode ser classificado de três modos. Em 1, como bem sucedido, pois alcança a adequada e inovadora questão do Ser em relação ao tempo; em 2, como uma obra fracassada, porque não apresenta a linguagem necessária e apropriada ao Ser. Em 3, *Ser e tempo* pode ser compreendido como uma parte do que ainda será tratado pelo Heidegger tardio.

Desta maneira, queremos chamar a atenção para a importância da investigação do ponto 2 presente no projeto de superação da metafísica, ou seja, para a possibilidade de termos em Heidegger a presença de uma linguagem adequada ao pensamento do Ser. Aqui, entra em pauta o que ele diz *ser a linguagem poética*. Ela se apresenta como a apropriada expressão do Ser na medida em que cuida para que nada seja dito sobre Ele que venha a ferir sua inefabilidade, o que significa dizer: ela mantém Seu mistério protegido. A essência da *linguagem poética* é a capacidade de expressar um silêncio relativo à retração do Ser, isto é, relativo ao Seu mistério, algo que deve permanecer sendo uma questão. Todavia, para que possamos compreender a efetividade do projeto heideggeriano de superação da metafísica, precisamos, de modo mais pormenorizado, entender o sentido da *linguagem poética*, uma vez que ela, *grosso modo*, parece operar em um contrassenso, qual seja, *uma fala silenciosa*, e isto não pode ser arbitrariamente posto.

Mestranda: Aline Stephanie Freitas dos Reis

Linha de pesquisa: Ética e Filosofia Política

Orientador: Rafael Rodrigues Pereira

Título do projeto de pesquisa: A Possibilidade de Uma Agência Política Não-Identitária: uma crítica à necessidade de categorias para a luta feminista

Título da comunicação: Teoria da ação e visibilidade em Judith Butler

Resumo:

O cerne da minha pesquisa é o conceito de ação política na filosofia de Judith Butler. No entanto, para compreender como pode haver a possibilidade de ações políticas é preciso entender o que é ação dentro dessa filosofia. Deste modo, neste artigo busco analisar a teoria da ação que é defendida pela a autora, mostrando como tal teoria tende a olhar para o par “ação-sujeito” de modo distinto da tradição filosófica. Em suas obras a autora propõe que o sujeito é produzido na ação e não anterior a ela, o sujeito não é pré-discursivo. Esta inversão ocorreria pelo fato de entender toda ação como discurso, a ação estaria ligada à linguagem, estaria ligada à configuração de sentidos, pois o discurso, assim como a ação, envolve materialidade. A ação envolve um aparecer para outro, há uma relação, que sempre reconfigura a materialidade em que ela se dá. Em suma, neste artigo é procurado apresentar como vários conceitos importantes nas obras da autora se conectam por intermédio do conceito de ação, dentre eles: discurso, materialidade, corpo, sujeito, visibilidade, público, performatividade. Além disso, visa-se expor a importância do conceito de visibilidade para compreender a ação política.

Doutorando: Anderson Carvalho dos Santos

Linha de pesquisa: Ética e Filosofia Política

Orientador: Renato Moscateli

Título do projeto de pesquisa: Formação pedagógica e moral do homem em Rousseau: da coação tácita à liberdade transparente

Título da comunicação: Os fundamentos do pensamento Rousseauiano

Resumo:

Em que medida um trabalho, que tem Rousseau como filósofo principal, deve deixar de lado o exame dos fundamentos de sua filosofia? O que podemos aprender de novo ao revisitar os conceitos de estado de natureza, o homem natural, o amor-de-si, o amor-próprio, a piedade e tantos outros que são, por assim dizer, as bases da filosofia do cidadão de Genebra? Os fundamentos da obra rousseauiana já foram, por quase três séculos, objetos de intenso estudo por parte de grandes comentadores. Esse fato poderia justificar um desapego a essas questões introdutórias tão repetidas em livros, artigos, teses e dissertações que revisitam as obras do genebrino. Porém não temos o direito de ocultar ao futuro leitor, por mais que ele tenha acesso em outros textos e trabalhos, as ideias e os conceitos que dão sentido a tudo que Rousseau escreveu. Se o trabalho irá se dedicar ao estudo do *Ensaio sobre a origem das línguas* deve-se esquecer o *Discurso sobre as ciências e as artes* ou o *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*? Se a obra escolhida é o *Emílio* ocultar-se-á ao leitor as valiosas contribuições que os dois *Discursos* de Rousseau à Academia de Dijon laçam sobre a questão da formação do aluno imaginário? De maneira nenhuma, pois é necessário sempre demonstrar onde se assentam as bases do pensamento do genebrino, mesmo que de forma rápida, mas sem que, com isso, traia o autor. Como o próprio Rousseau escreveu nas *Cartas a Malesherbes*, seus três principais escritos, *Primeiro e Segundo discursos* e o *Emílio* perfazem juntas um mesmo todo, sendo elas inseparáveis¹, portanto retornar aos conceitos de estado de natureza, homem natural, liberdade natural, a perfectibilidade, amor-de-si, amor-próprio, piedade torna-se indispensável para pensar a questão da formação moral em Rousseau. Assim, este trabalho se propõe a pensar alguns desses conceitos a partir do que já foi escrito do primeiro capítulo da tese.

¹ Cf. *Quatro cartas ao Senhor presidente de Malesherbes*, mais especificamente a segunda carta.

Mestrando: André Prock Ferreira

Linha de pesquisa: Metafísica e Teoria do Conhecimento

Orientador: Fábio Ferreira de Almeida

Título do projeto de pesquisa: O fenômeno *Mundo* no pensamento de Martin Heidegger

Título da comunicação: O *fenômeno mundo* no pensamento de Heidegger: interpretações e recepções

Resumo:

O presente trabalho tem como objetivo apresentar uma análise comparativa, a partir da bibliografia secundária, entre interpretações acerca do *fenômeno mundo* no pensamento de Heidegger. Para tanto, recorreremos a duas vertentes de interpretação, cuja tradição de pensamento possuem precedentes distintos, a saber: a fenomenológica a partir da interpretação desenvolvida por Walter Biemel, considerada uma interpretação clássica; e a pragmatista, na qual destacamos a interpretação desenvolvida por Richard Rorty. Ora, o termo *mundo* é um dos conceitos-chave na filosofia de Martin Heidegger e sua importância pode ser justificada por meio das várias interpretações realizadas pelo autor. Tal noção abre inúmeras possibilidades de investigações e esgotá-las seria uma pretensão, exageradamente, ambiciosa. Desse modo, nos limitamos, na compreensão do *fenômeno mundo* tal como vemos desenvolvido por Heidegger na analítica existencial do *Dasein* empreendida em *Ser e Tempo* (1927). O *fenômeno mundo* consiste em um dos pilares sobre o qual Heidegger desenvolve a analítica existencial do *Dasein*. Disso se segue que é possível atribuir ao referido *fenômeno* um primado metodológico uma vez que ele se mostra como um primeiro âmbito e horizonte para o qual o *Dasein* se dirige em seu existir. Daí a sua importância para o desenvolvimento da argumentação. Por conseguinte, de acordo com Heidegger, sua investigação foi negligenciada pela tradição metafísica, resultando no que o autor denomina de “salta por cima” (*übersprungen*) da mundanidade. Neste sentido, a fim de superar o equívoco cometido pela tradição metafísica, Heidegger adota outra postura metodológica por considerar como mais adequada tendo em vista que ao analisar algumas vias, legadas por essa tradição, que pretendem conduzir a uma descrição do mundo, elas se mostraram como insuficientes. Assim, com os objetivos de compreender os motivos desse “salto” e ao mesmo tempo apresentar uma descrição do *fenômeno mundo* mais primordial, Heidegger parte da lida prática dos utensílios, isto é, a estratégia argumentativa heideggeriana assume um aspecto pragmático enquanto via alternativa que propicia o acesso imediato ao *fenômeno mundo* em sua aparição. Por conseguinte, essa via para além da sua importância para a economia da analítica, ela também se revela como dos elementos de discussão entre as interpretações estabelecidas acerca do *fenômeno mundo* no pensamento de Heidegger. Disso se segue que, de acordo com a nossa hipótese, é possível estabelecer tanto entre as interpretações estabelecidas na bibliografia secundária quanto em relação ao próprio pensamento do autor, quando comparadas, pontos de convergência e divergência.

Mestrando: André Rezende Soares Correia

Linha de pesquisa: Ética e Filosofia Política

Orientador: Renato Moscateli

Título do projeto de pesquisa: Presidencialismo de coalizão: objeções a partir de Rousseau

Título da comunicação: Proposta de uma teoria geral política em Rousseau

Resumo:

A proposta do presente trabalho é refletir uma teoria geral da política de Jean-Jacques Rousseau, com fundamento na teoria do contrato social, sua origem e fundamento, princípios políticos, o pacto social, o indivíduo, o corpo político e o Estado. Tratar-se-á tais pontos como diretriz e base para desenvolver a dissertação a ser compilada. Entende que a partir daí, considerando ser o primeiro capítulo, isto é, diretriz e base, tais reflexões oferecerão sustentação a toda dissertação. Pois, tendo em vista ser um tema político necessário, assim, que primeiro demonstre e argumente uma teoria geral da política do filósofo. De modo que, o que se propõe não é tratar a teoria política de Rousseau como meio, no entanto, como mérito e fundamento de toda a dissertação. A tentativa é que tal teoria política seja uma espécie de substância para compreender a completude do tema, ou seja, dar fundamento e norte ao que se pretende refletir na dissertação. Por isso, é intenção em primeiro, como o primeiro capítulo da dissertação, demonstrar e raciocinar, por aqueles pontos, essa teoria geral da política em Rousseau.

Mestranda: Angélica Carvalho Sant'Anna

Linha de pesquisa: Ética e Filosofia Política

Orientador: Renato Moscateli

Título do projeto de pesquisa: Rousseau e as necessidades

Título da comunicação: Os tipos de necessidade em Jean-Jacques Rousseau

Resumo:

A partir da condição de necessidade, busquei identificar o método usado por Rousseau para alcançar o homem em seu princípio e, por dedução do autor, os princípios do homem. Num processo primeiro, tem-se uma remoção total das necessidades chamadas artificiais; para o processo contrário, o que retrata a forma das primeiras agregações, o autor supõe uma aquisição gradual de necessidades. Com foco nesses dois processos que buscam conhecer o homem, chego a esse ponto do trabalho tendo identificado três tipos primários de necessidade: física, moral e artificial. Importante foi perceber como os diferentes tipos de necessidade, atrelados às faculdades inatas do homem - amor de si, piedade, perfectibilidade e liberdade - se encadeiam, e qual o papel das paixões nesse enlace.

Mestrando: Arthur Brito Neves

Linha de pesquisa: Metafísica e Teoria do Conhecimento

Orientador: Ricardo Bazilio Dalla Vecchia

Título do projeto de pesquisa: O Aforismo 19 de *Humano, demasiado Humano*: sobre a equivalência entre natureza, mundo como representação e mundo como erro

Título da comunicação: A linguagem como suposta ciência: um posicionamento *agnóstico* com relação ao problema coisa em si?

Resumo:

A presente comunicação parte da seguinte questão como pressuposto interpretativo do primeiro capítulo de *Humano, demasiado Humano* (HH/MA): Nietzsche oscila entre diferentes posições epistemológicas com relação ao *problema kantiano da coisa em si*? Segundo Clark (1990), ao longo de sua filosofia, Nietzsche teria se comprometido com três posicionamentos em relação ao problema da coisa em si: (i) a posição agnóstica, ou pressuposição da noção de correspondência metafísica do opúsculo inédito e intitulado *Sobre Verdade e Mentira no sentido extramoral* (VM/WL); (ii) a posição agnóstica do texto de *Humano demasiado Humano*, que afirma que o conceito de coisa em si é supérfluo; (iii) a posição de abandono completo da necessidade de pressuposição de uma coisa em si a partir de *Além do Bem e do Mal* (ABM/JGB). Muito embora Clark (1990) defenda que Nietzsche se comprometa com um pensamento *agnóstico* em HH/MA com relação ao problema da coisa em si, seria possível rastrear, para além da posição agnóstica, tanto a posição agnóstica de VM/WL quanto uma posição de abandono no texto de HH/MA? Na presente comunicação será problematizado a possibilidade de se defender a posição *agnóstica* nos termos de VM/WL e isso será feito a partir do aforismo 11 de HH/MA e, também, a partir de algumas de suas intersecções com o próprio texto de VM/WL. Essa posição seria defensável porque Nietzsche elabora uma crítica à linguagem que possui contornos semelhantes ao opúsculo de VM/WL, por exemplo, a ideia de falsificação da realidade por meio do intelecto e sua relação com a linguagem, o que faz com que o filósofo pareça ainda estar comprometido com uma *concepção correspondencial de verdade* nos moldes pensados por Clark (1990).

Mestrando: Brenner Brunetto Oliveira Silveira

Linha de Pesquisa: Ética e Filosofia Política

Orientador: Rafael Rodrigues Pereira

Título do projeto de pesquisa: Um cão chamado Antístenes: Investigando as origens do cinismo

Título da comunicação: O papel do logos escrito e/ou falado na paideia cínica

Resumo:

O cinismo foi um dos movimentos filosóficos mais extravagantes do período helenísticos. Conhecidos por darem “o tom mais alto” (D.L. VI. 35), esses filósofos se tornaram bastante conhecidos no mundo antigo por serem *antinomianos*. Como se sabe, a “doutrina” cínica se inicia com o embate entre νόμος e φύσις. Para estes filósofos, o νόμος simbolizava tudo aquilo que era artificial e, conseqüentemente, não-necessário para a vida humana. Desse modo, o νόμος poderia ser visto como os costumes e/ou as leis de um povo. Para os cínicos, esse modo de vida artificial era visto como o responsável pelo sofrimento humano, pois tais costumes geram τῦφος (literalmente fumaça) no logos. Essa fumaça, ao gerar embaçar a razão humana, era responsável pela infelicidade de todos. Com isso, o cínico conclui que os homens buscam cada vez mais maneiras de se sentirem menos necessitados, e, conseqüentemente, criam mais e mais formas artificiais de se sentirem melhores e mais confortáveis. Não obstante, eles não percebem que tais artificialidades nunca conseguem de fato saciar esse ímpeto infinito, fazendo com que o homem procure sempre a felicidade onde ela não está, nunca esteve e nunca estará. Ao invés de toda esta artimanha, os cínicos frequentemente afirmavam que “os deuses haviam concedido aos homens meios fáceis de vida, porém os homens perderam de vista esse benefício, pois necessitam de bolos de mel, de unguentos e de coisas semelhantes” (D.L. VI. 44). Por outro lado, apesar de serem declaradamente ἀντί + νόμος, os cínicos fizeram várias coisas que poderiam ser muito bem encaixadas na ideia de νόμος. Pois, Antístenes declara que a “excelência está nas ações e não necessita de muitas palavras e nem de muitos conhecimentos” (D.L. VI. 11), ele também é conhecido por ter formado uma espécie de escola no Cinosarges, lá ele repreendeu um aluno que estava triste por ter perdido as anotações de suas aulas dizendo que o aluno deveria ter anotado na alma e não no papel (D.L. VI. 6). No entanto ele é apelidado de “tagarela prolífico” (D.L. VI. 18) tendo em vista a imensidão de sua obra, com mais de 70 obras lançadas. Entre essas obras, também estão inúmeros escritos sobre retórica, dialética, linguagem, lógica, teoria da natureza e afins. O cínico mais famoso, Diógenes de Sinope, também é conhecido por ter escrito várias obras, incluindo entre elas algumas tragédias e até mesmo uma *República* (D.L. VI.80). Crates de Tebas, discípulo de Diógenes, também escreveu um livro de *Epístolas* (D.L. VI. 98). E a lista vai muito mais adiante, pois praticamente todos os cínicos escreveram livros. Houve outras adesões ao νόμος por parte dos cínicos, como por exemplo o casamento entre Crates e Hipárquia, o fato de que Diógenes treinou (em um estilo muito próximo ao da παιδεία grega) os filhos de um certo Xeníades e muitos outros. Ou seja, a grande questão é: Como pode uma filosofia que se diz ser contrária ao νόμος (e, conseqüentemente, a favor da φύσις) fazer uso de vários instrumentos artificiais (tais como o discurso falado ou escrito, o diálogo e etc) em sua παιδεία? Ou antes, por qual motivo uma filosofia antinomiana possui uma παιδεία, visto que a παιδεία é uma das formas mais famosas e cristalizadas do νόμος grego? A presente comunicação pretende, na medida do possível, resolver alguns desses dilemas.

Doutorando: Caius Brandão

Linha de pesquisa: Ética e Filosofia Política

Orientadora: Carla Damião Damião

Título do projeto de pesquisa: Genealogia e Superação do Castigo em Friedrich Nietzsche

Título da comunicação: A Superação do Castigo na Filosofia de Nietzsche: um Diálogo com Brian Leiter

Resumo:

O eixo temático do nosso projeto de doutoramento é a questão do *castigo*, nas obras do período maduro da filosofia de Friedrich Nietzsche. Pretendemos esclarecer o posicionamento do filósofo alemão sobre as justificativas retributivistas e utilitaristas do castigo que continuam servindo de sustentação aos sistemas punitivos hodiernos. A nossa hipótese central é que seria legítimo defender que Nietzsche pode ser considerado um *aboliconista do castigo*. Caso seja possível confirmar essa hipótese, nos propomos a elucidar em que medida e sob quais condições, na acepção do filósofo, a abolição da punição pode ser concebida tanto no âmbito da moral e como do Direito Penal. No atual estágio de desenvolvimento da pesquisa, suficientes evidências textuais foram reunidas para confirmar que Nietzsche defende de forma vigorosa a abolição do castigo baseado na culpa e no livre-arbítrio. Todavia, resta identificar como o filósofo se posiciona sobre uma espécie de *utilidade dissuasória* (geral ou específica) da punição, conforme defendem, por exemplo, Paul Rée e Shopenhauer, pensadores que exerceram uma significativa influência no pensamento de Nietzsche. Em suma, já podemos afirmar com segurança que Nietzsche contesta categoricamente as *justificativas retributivistas* do castigo (o direito de punir fundamentado no livre-arbítrio e na culpa), mediante a apresentação de razões epistêmicas e consensualistas, mas temos ainda que esclarecer se o filósofo adota o mesmo posicionamento acerca das *justificativas utilitaristas* da punição (o direito de punir fundamentado na utilidade dissuasória).

Nesta comunicação, propomos avançar na investigação deste problema, por intermédio de uma análise crítica do texto intitulado *Nietzsche sobre a culpa e a vingança*, de Brian Leiter, o qual foi apresentado em primeira mão pelo autor, em setembro de 2019, no **III Colóquio Internacional Nietzsche no Cerrado**, organizado pelo **Núcleo de Pesquisa Nietzsche UFG**, em Goiânia-GO. Brian Leiter é um filósofo norte-americano, professor da University of Chicago e diretor do Center for Law, Philosophy & Human Values dessa universidade. Autor de uma vasta produção acadêmica, particularmente, nas áreas da filosofia moral, política e jurídica, Leiter é reconhecido internacionalmente como um dos mais renomados estudiosos de Nietzsche, no âmbito da recepção anglo-saxônica das obras do filósofo alemão.

Doutorando: Carlos Henrique Carvalho Silva

Linha de pesquisa: Metafísica e Teoria do Conhecimento

Orientador: Fábio Ferreira de Almeida

Título do projeto de pesquisa: A natureza intercorpórea: uma análise crítica do corpo-próprio e corpo carne na onto-fenomenologia de Merleau-Ponty

Título da comunicação: A onto-fenomenologia da natureza em Merleau-Ponty

Resumo:

O presente trabalho tenciona mostrar como o problema da natureza é demarcado na onto-fenomenologia de Merleau-Ponty tanto na *Estrutura do comportamento* quanto n'*A Natureza* como uma tríplice condição: orgânica, psicológica e social. Não é à toa, então, que sua perspectiva privilegie uma análise bem estruturada do problema do organismo, passando o crivo criterioso de sua pesquisa pela física, a biologia até a uma teoria do comportamento, culminando no estudo do mundo cultural. Mas antes de atentar a estrutura da natureza é essencial compreender porque o desenvolvimento da questão leva certo tempo para tomar forma no pensamento do autor. Isto se explica mais precisamente na necessidade de superar a crise da racionalidade moderna que estabeleceu a consciência como estrutura fundante do sujeito e do mundo, obscurecendo a questão da natureza, uma vez que partindo da efetiva rejeição de um mundo absolutamente determinado. Por outro lado, Merleau-Ponty faz emergir a interrogação ontológica como modo de articulação de uma natureza que não sobrevoa a cultura, mas que a ela pertence no seu âmago, num processo de reversibilidade, isto é, cultura e natureza são inseparáveis e nem suas distinções são capazes de afastá-las, uma da outra. O conceito que ele usa para ampliar o debate é o quiasma, o entrelaçamento que é marcado pela profunda recusa em separar qualquer categoria colocada essencialmente como oposta. Tal conceito encontra eco no seu último e inacabado trabalho, *O visível e o invisível* ressaltando-se como elemento da nova ontologia.

Mestrando: Carlos Stuart Coronel Palma Junior

Linha de pesquisa: Ética e Filosofia Política

Orientadora: Helena Esser dos Reis

Título do projeto de pesquisa: A questão da igualdade em Tocqueville: Podemos considerar que há ambivalência da concepção de igualdade para o autor no plano político e no plano econômico?

Título da comunicação: Andamento e desenvolvimento da pesquisa

Resumo:

A pesquisa trata da questão da igualdade abordada na obra do filósofo, historiador, sociólogo, cientista político, diplomata e político Alexis de Tocqueville. Para o autor, em sua obra seminal *Democracia na América*, a democracia que surgia “quase que naturalmente” nos Estados Unidos da América, seria uma alternativa política ao antigo regime praticado na França até a ocorrência da Revolução Francesa. Para tanto, o autor empreende viagem aos Estados Unidos, onde busca dissecar a democracia na América, analisando a sociedade americana e suas instituições políticas e sociais, concluindo que esta se baseia em dois pilares, princípios fundamentais de onde tudo mais se origina: na Liberdade e na Igualdade.

Os dois princípios, embora sejam efetivamente a base do seu argumento democrático, têm para o autor uma ampla gama de significados, sendo por exemplo o “conceito de liberdade”, em certos momentos, se confundindo com a própria noção de democracia, além de uma dezena de outras significações de acordo com alguns autores.

No que diz respeito à nossa pesquisa, é a igualdade o ponto central. Para Tocqueville a igualdade é o princípio gerador de todo resto, sendo condição incontornável para o estabelecimento da democracia. Sobre a igualdade o autor, para avaliar o argumento, faz uma retrospectiva histórica do avanço da igualdade em toda Europa, e aponta que para ele se trata de uma tendência inexorável que, inclusive, conduz à democracia.

Já na América, faz um estudo sociológico e filosófico das condições de vida e da distribuição de riquezas e oportunidades na sociedade americana, identifica a igualdade como base das relações políticas, sociais e também econômica. Entretanto, por conveniências históricas e ideológicas, o aspecto mais social e econômico da igualdade, segundo observou Tocqueville, restou menos explorado por estudiosos e comentadores do autor. Suas obras, escritos e discursos no parlamento, posteriores à publicação de “*Democracia na América*” que dão um peso maior para esse aspecto, não tiveram a mesma atenção do “main-stream” acadêmico.

Portanto, problema proposto no projeto de pesquisa se caracteriza, primeiramente, pela análise do autor sobre a “Igualdade” e sua importância e seu papel para a compreensão do sistema democrático, conforme descreve em sua obra *Democracia na América*.

A partir de então, com base na pesquisa bibliográfica na obra do autor, da leitura de seus outros escritos acerca do tema, aprofundar sobre o tema e sobre seu provável posicionamento multifacetário em relação a questão da igualdade, tanto do enfoque liberal clássico, de igualdade enquanto pressuposto político formal de isonomia frente aos direitos e garantias, quanto pela análise da igualdade no plano material e suas implicações socioeconômicas, com o viés de estudo econômico do conceito formulado pelo autor.

Nesse sentido, buscar evidências bibliográficas sobre a hipótese de conter o pensamento “tocquevilliano” a ambivalência do conceito de igualdade consubstanciada, por um lado, no estudo da igualdade formal (legal) no sentido político liberal clássico, e suas implicações para a consolidação do modelo democrático na América, aspecto que parece mais evidente e se alinha mais claramente com os estudos tradicionais consagrados à obra do autor, o posicionando em uma leitura tradicional como expoente da vertente do liberalismo francês.

Ao longo do semestre, a pesquisa evoluiu, e maiores são os argumentos e fontes que apontam para existência de um maior equilíbrio da visão do autor acerca da igualdade em suas perspectivas: política formal e socioeconômica. A leitura sobre os escritos de Tocqueville em suas viagens para Inglaterra e Irlanda, foi fundamental para consolidar o argumento da importância de condições no plano econômico.

Nestes escritos o autor deixa consignado o seu horror às condições de trabalho e da brutalização à condição de vida dos trabalhadores nas grandes fábricas de Manchester e Birmingham. Na Irlanda, por sua vez, chamou a atenção de Tocqueville a grande miséria da população, da concentração das terras e extrema exploração dos camponeses. Assim as leituras realizadas, as disciplinas cursadas no programa de pós-graduação vêm sendo instrumental para o desenvolvimento da pesquisa. Ademais, vale ressaltar que foram produzidos ao longo do semestre dois artigos, elaborados como meio de conclusão das disciplinas cursadas, relacionados com o estudo do tema.

Doutoranda: Carmelita Brito de Freitas Felício

Linha de pesquisa: Ética e Filosofia Política

Orientadora: Carla Milani Damião

Título do projeto de pesquisa: Párias, assimiladas e excluídas: reconsiderar a condição das mulheres a partir das margens da filosofia política de Hannah Arendt

Título da comunicação: Hannah Arendt, as mulheres e a arte da narrativa de revelar um “quem”

Resumo:

Trata-se de apresentar resultados preliminares de uma leitura das interpretações feministas da obra de Hannah Arendt e de um retorno aos textos da própria autora nos quais é possível localizar uma rica discussão em torno a questões que interessam de perto à teoria e à prática feministas no nosso tempo. Vale notar que a aproximação das feministas do trabalho de Arendt se deu ao final dos anos setenta do século XX, mediada pela leitura de *A condição humana* (1958) e pela sensação de mal-estar provocada pelo silêncio de Arendt no que diz respeito aos traços patriarcais do pensamento ocidental, à tradicional cisão entre público e privado, ao confinamento das mulheres no âmbito privado e sua exclusão da esfera pública, enfim, a obra era “arrogante”, por “encarnar a tragédia de uma mente feminina nutrida com ideologias masculinas”, como a definiu Adrienne Rich (2000). Com efeito, *A condição humana* é uma obra que, sem dúvida, se inspira na tradição grega da filosofia, razão pela qual as críticas feministas dos anos setenta se centraram na visão de uma Arendt nostálgica, interessada sobretudo em recuperar a *polis* como modelo de comunidade política. Em meados dos anos oitenta, porém, outros aspectos de sua obra produzem um giro na interpretação. Se nos anos setenta e oitenta, há uma rejeição à sua obra, os anos noventa até nossos dias se distinguem pelo diálogo que com ela se estabelece, e o que se busca investigar é a relevância do trabalho de Hannah Arendt para o enfrentamento de problemas teóricos e práticos que se apresentam ao feminismo no tempo presente. À luz dessa chave interpretativa, nosso percurso tem sido o de combinar a leitura dos textos de filósofas “feministas” (Honig, 1995; Benhabib, 1996; Birulés, 2000; Kristeva, 2002; Cavarero, 2003, entre outras) cotejando-os com textos da própria autora. Nesta comunicação, porém, argumentaremos que em textos, tais como: (i) *Rahel Varnhagem – a vida de uma judia alemã na época do romantismo* (1958); (ii) *Rosa Luxemburgo: 1871-1919* (1968); (iii) *Isak Dinesen: 1885-1963* (1968) e, nessas duas resenhas (iv) *Sobre a emancipação das mulheres* (1933); (v) *As frutas de ouro* de Nathalie Sarraute (1964), encontramos uma Arendt profundamente identificada e solidária com o “destino” das mulheres. A hipótese que norteia o trabalho se baseia, pois, no pressuposto segundo o qual a categoria “mulheres” é tratada por Hannah Arendt nos textos citados, não só em termos políticos, mas existenciais. Assim, seu senso político o co-implicaria com uma perspectiva estética, constituindo assim uma alternativa de vida individual e coletiva de mulheres que tiveram a coragem de se expor na vida política e sociocultural. Ademais, nosso interesse em aprofundar uma leitura focada na relação entre vida e obras escritas por mulheres, remete ao impulso de Arendt (1987, p. 9), para quem “mesmo no tempo mais sombrio temos o direito de esperar alguma iluminação [que] pode bem provir, menos das teorias e conceitos”, mas de experiências de mulheres que contam como *uma* vida respondeu ao chamado e ao cuidado com o mundo, como se expôs e decidiu aparecer, de modo que narrar é uma forma de resistir. Narração, contingência e destino formam a tríade a partir da qual o trabalho de Arendt pode ser lido também à luz dessa linha que percorre uma singular identificação de seu “destino” com o de outras mulheres, como é o caso de Isak Dinesen, por exemplo. A propósito, faz-se necessário examinar mais de perto as motivações que levaram Arendt a escolher palavras de Isak Dinesen para a epígrafe do capítulo V (Ação) - um dos mais importantes de *A condição humana* -: “todas as mágoas são suportáveis quando fazemos delas uma história ou contamos uma história a seu respeito”.

Doutorando: Chiyoko Gonçalves do Nascimento Oliveira

Linha de pesquisa: Lógica e Filosofia da Linguagem

Orientadora: Araceli Rosich Soares Velloso

Título do projeto de pesquisa: Nominalismo e relativismo na filosofia de Nelson Goodman

Título da comunicação: Indivíduos e extensão no nominalismo de Nelson Goodman

Resumo:

O problema dos universais toma diversas formas durante a história da filosofia, uma delas é referente a questão das classes ou conjuntos na matemática contemporânea que possui como um dos seus princípios o da identidade extensional. A identidade extensional é caracterizada na teoria dos conjuntos como: se dois objetos possuem a mesma extensão então são objetos. Nelson Goodman em seu *Structure of Appearance* pretende se livrar da noção de conjunto valendo-se da noção de indivíduo que é caracterizado como o menor tipo lógico de um dado sistema. Seu nominalismo se vale uma variante do princípio de extensão em que se dois indivíduos possuem o mesmo conteúdo então eles são o mesmo indivíduo, atribuindo a si mesmo em *A World of Individuals* o título de superextensionalista. Iremos aqui traçar distinções entre a ideia de extensão como utilizada na metafísica dos conjuntos e no nominalismo em que em um conjunto a extensão é construída como a pertença de um objeto a um dado conjunto e no nominalismo como a construção semântica e sintática de indivíduos subalternos a um sistema simbólico dado. Torna-se assim a noção de indivíduo adotada relativa à construção simbólica utilizada para a determinação da ontologia a ser utilizada no sistema nominalista.

Doutorando: Claudio Alexandre Figueira Gomes

Linha de pesquisa: Ética e Filosofia Política

Orientador: Adriano Correia Silva

Título do projeto de pesquisa: Agir comunicativo e agir estratégico e suas interposições em Habermas

Título da comunicação: Sobre os aspectos pragmáticos da ética do discurso em Habermas

Resumo:

A abordagem de Habermas acerca da moralidade e da ação social é essencialmente fundada sobre uma perspectiva crítica das epistemologias tradicionais e modernas. Habermas parte do contexto da “virada linguística” para elaborar sua teoria da ação social, bem como de sua concepção meta-ética e moral. Valendo-se de uma reformulação particular do pensamento kantiano em moldes pragmáticos, Habermas tem nos processos comunicativos dos sujeitos históricos e socializados o epicentro de uma normatividade moral possível. Seria, então, em meio a um processo intersubjetivo de afirmação, crítica e justificação que os sujeitos empreenderiam a validade de suas posições morais. Porém, tal processo de formação pública das normas morais, segundo Habermas, deve ser orientado a partir de princípios fundamentais da própria comunicação. Assim, antes mesmo de proclamar a imprescindibilidade dos princípios do discurso e da universalidade das normas, Habermas procura estabelecer os princípios de uma comunicação a fim de que ela seja capaz de produzir normas morais. Além de procurar esclarecer todo o processo de validação discursiva que envolve os critérios de *verdade*, *corretude* e *sinceridade*, Habermas defende que o debate moral seja isento de elementos coercitivos e garanta a todos os envolvidos a possibilidade de defesa de suas posições, bem como de crítica às posições dos interlocutores. Contudo, o filósofo enfatiza que esses princípios básicos não são propriamente morais, mas são a condição fundamental da negociação de qualquer norma moral possível. A negação de tais princípios incorreria na sobreposição ilegítima da perspectiva dos envolvidos, corrompendo a possibilidade de se qualificar como “moral” uma norma obtida por meio de tais supressões. Esse seria o motivo pelo qual Habermas considera o desempenho da racionalidade comunicativa como condição de possibilidade do debate moral. No entanto, Habermas mesmo admite que, do ponto de vista histórico, há diversos elementos das sociedades que impedem o bom desempenho dessa racionalidade comunicativa no contexto das deliberações morais. A formação de hierarquias rígidas asseguradas pela tradição e pela estrutura burocrática do Estado moderno, a formação de castas econômicas e políticas despóticas em regimes representativos, a concentração de riquezas e a ampliação das desigualdades sociais, além do puro autoritarismo em suas mais variadas formas e do uso coercitivo da força nas relações entre indivíduos, seriam alguns exemplos de dificuldades reais para o bom desempenho da racionalidade comunicativa e, por conseguinte, das deliberações legitimamente morais. Com isso, a proposta de Habermas se depara com amplas restrições no contexto de sua aplicação. Se, por um lado, em princípio, não se trata de uma questão de uma inconsistência estrutural da proposta, por outro lado, a concepção de normatividade moral ancorada numa situação ideal de fala raramente instaurada no contexto histórico parece limitar radicalmente a legitimidade das deliberações morais. Críticos se utilizam dessa conclusão para invalidar a proposta de Habermas. Não assumirei tal perspectiva. Pretendo, nesta comunicação, expor uma interpretação de como, de um ponto de vista das dificuldades e limitações históricas, é possível restituir a validade prática da proposta de instauração dos princípios fundamentais de Habermas para o desempenho da racionalidade comunicativa nos contextos de elaboração de normas morais.

Mestranda: Cristiane Martins da Silva

Linha de Pesquisa: Metafísica e Teoria do Conhecimento

Orientador: Wellington Damasceno de Almeida

Título do projeto de pesquisa: Discussões acerca da metodologia nos escritos éticos de Aristóteles

Título da comunicação: O papel da formulação de definições nas investigações da Ética Nicomaqueia de Aristóteles

Resumo:

Minha pesquisa tem por foco o estudo da metodologia dos escritos éticos de Aristóteles. Por esse motivo, optei por iniciá-la mostrando como a investigação que Aristóteles empreende na Ética Nicomaqueia passa pela construção de uma ontologia das virtudes, o que torna essencial entender o papel desempenhado pela formulação de definições nessa investigação. Creio que tal trabalho constitui uma etapa inicial adequada a compreensão da metodologia dos escritos éticos e serve para fornecer a base para que eu possa abordar, em um momento posterior, as discussões a respeito das passagens metodológicas, e verificar se os procedimentos ali descritos correspondem ao que Aristóteles efetivamente faz nessas investigações.

Nessa apresentação tentarei expor o que entendo ser essa ontologia das virtudes com base em um recorte, dado que se trata de um tema bastante extenso. Em um primeiro momento, creio ser necessário defender a relevância da formulação de definições no contexto da ética aristotélica, já que se poderia objetar que se trata de um procedimento mais adequado às ciências, cujo objetivo é conhecer, e não à filosofia prática, que busca estabelecer como devemos agir de modo a nos tornarmos virtuosos e com isso alcançar a *eudaimonia*, bem supremo dos homens. Na sequência, focarei primordialmente no capítulo 2 da Ética Nicomaqueia, de modo a mostrar como Aristóteles constrói ali uma definição de virtude moral que estabelece certos critérios que nos permitem identificar em relação a quais paixões há um estado intermediário e, portanto, uma virtude moral. A partir desses critérios torna-se possível dizer o que são em linhas gerais cada uma das virtudes morais, o que constitui uma etapa importante no processo para se tornar ou tornar alguém virtuoso. Se considerarmos como público alvo da Ética Nicomaqueia os legisladores, fica claro a importância de se estabelecer essas definições na medida em que saber o que são as virtudes morais torna mais fácil produzi-las. E como coloca Aristóteles: “legisladores tornam os cidadãos bons formando seus hábitos” (1103b3-1103b6).

Doutorando: Darley Fernandes

Linha de Pesquisa: Ética e Filosofia Política

Orientador: Hans Christian Klotz

Título do projeto de pesquisa: A letra e o espírito da lei

Título da comunicação: Autonomia e Subjetividade

Resumo:

Partindo da concepção da Crítica da razão prática de que a lei moral é um “facto da razão”, o objetivo da comunicação é correlacionar o saber de si mesmo do sujeito que é consciente dessa representação com a autorreferência que a autodeterminação de si pela lei moral implica. Na medida em que estabelecemos a relação entre autonomia e subjetividade nós estamos indagando o lugar que a consciência ética ocupa numa teoria da subjetividade – ou, de que modo a consciência ética se insere na autoconsciência. A hipótese que nos orienta é a de que só podemos compreender a autodeterminação do sujeito (autonomia) a partir de uma análise da estrutura da consciência, porque nela o sujeito se confronta consigo mesmo sendo impelido por demandas morais. Nesse caso, o conhecimento de si do sujeito não é meramente “transcendental” porque envolve a objetividade da própria moralidade. Considerando que a liberdade é uma consequência dessa consciência ética, ela é vista como uma forma “primária” de engajamento do sujeito no mundo. Todavia, a compreensão dessa autodeterminação livre do sujeito requer uma superação da própria imagem convencional da autonomia como a auto-imposição de leis pela vontade, pois, autonomia é mais condizente com a “determinação” da vontade pela razão prática. Esse autodomínio da razão em suas funções legislativas e executivas é denominado de “autocracia da razão”.

Mestrando: Davi Maranhão De Conti

Linha de pesquisa: Ética e Filosofia Política

Orientador: Fábio Ferreira de Almeida

Título do projeto de pesquisa: Uma nova razão governamental – o conceito de biopolítica na obra de Michel Foucault

Título da comunicação: Biopolítica e governamentalidade

Resumo:

Os conceitos de biopolítica e de governamentalidade desempenham função fundamental na reflexão foucaultiana acerca do poder. A governamentalização do Estado refere-se ao mesmo processo que culmina na emergência do biopoder. Biopolítica e governamentalização referem-se ao mesmo fenômeno de transformação do poder que se torna tema da reflexão foucaultiana a partir de meados da década de 1970. Ambos remetem ao aparecimento da população como centro das estratégias de poder. O poder soberano, que se apoia sobre leis e que visa a alcançar uma total obediência a elas, que visa ao seu próprio fortalecimento e que se volta sempre para si mesmo, começa a se alterar a partir do século XVI. Sua alteração se situa na convergência de dois processos: a desarticulação do sistema feudal e a Reforma Protestante. É nesse momento que a problemática geral do governo ganha maior intensidade, é nesse momento que, conforme Foucault, surge uma arte de governo que é diferente dos antigos tratados acerca de como devem se comportar os soberanos, de como devem agir em relação ao súditos, de como devem introduzir entre os homens as leis de Deus. A arte de governo que desponta no século XVI como resultado da ampliação das reflexões acerca do governo manteve-se limitada pelos próximos dois séculos. As crises que marcaram o século XVII, a primazia da questão soberana como problema fundamental da reflexão política e a centralidade do modelo da família no pensamento político impediram que essa arte de governo se desenvolvesse plenamente. Apenas no século XVIII, com a expansão demográfica, com o aumento da produção agrícola, com o surgimento do problema da população, é que a arte de governar é desbloqueada, torna-se ciência política. O problema da população é a chave para o nascimento da biopolítica, para a governamentalização do Estado, dois modos de se referir a um mesmo processo.

Mestrando: Diogo Conceição da Silva

Linha de pesquisa: Lógica e Filosofia da Linguagem

Orientador: André da Silva Porto

Título do projeto de pesquisa: Irrracionalidade numérica em Wittgenstein

Título da comunicação: A noção de regra matemática para Wittgenstein

Resumo:

Pretende-se, nesta comunicação, demonstrar a compreensão de Wittgenstein acerca das regras matemáticas. Para o filósofo, a regra matemática possui caráter atemporal e funciona como uma prova, a qual gera uma relação entre dois conceitos. Demonstrar-se-á, utilizando dos próprios textos do autor, essa forma de compreender a conexão entre dois conceitos, estabelecidos pela regra matemática. O filósofo Wittgenstein demonstra-nos que as regras matemáticas possuem a característica de serem atemporais, ou seja, sua existência está para além de uma possível verificação, até mesmo o ato de pensar na necessidade da verificação já se torna absurdo frente a atemporalidade da regra. O exemplo, que o autor apresenta, " $4 + 1 = 5$ " está para além de um possível cálculo realizado em determinada hora e lugar, o filósofo demonstra-nos que assumimos essa operação não como um simples cálculo, uma vez que o cálculo pode nos levar a resultados corretos ou incorretos, mas que tomamos essa operação como uma regra, que prescreve todos os outros processos possíveis que virão a existir. Processos esses nos quais a união de 4 objetos com mais 1 objeto não se pode chegar a outro resultado que não seja 5 objetos, qualquer resultado diferente disso tem-se um erro de cálculo e não uma questão que infira diretamente à regra.

Doutorando: Éden Farias Vaz

Linha de pesquisa: Ética e Filosofia Política

Orientador: Adriano Correia Silva

Título do projeto de pesquisa: O Limite do Perdão: a relação entre perdoar e punir no pensamento de Hannah Arendt

Título da comunicação: Crimes Contra a Humanidade: uma reação jurídica ao fenômeno do mal extremo

Resumo:

A presente pesquisa se refere ao estudo das relações entre perdoar e punir no pensamento de Hannah Arendt. Essa relação é analisada no contexto específico da experiência totalitária. O *leitmotiv* deste estudo se encontra nas páginas finais de *Origens do Totalitarismo* (1951), onde Arendt afirma que os regimes totalitários acabaram por descobrir, sem o saber, que existem crimes que os homens não são capazes de perdoar por serem incapazes de punir. Inicialmente, a capacidade do perdão se encerra na impossibilidade de punição, adequada e equitativa, dos criminosos totalitários – analogamente se estende aos criminosos ditatoriais. O ineditismo distópico dos regimes totalitários estabelece os limites do que é possível punir ou perdoar: o ato de perdoar e punir estão correlacionados na medida em que ambos se referem à possibilidade de superação de uma violência que sem o advento do perdão ou da punição prosseguiria indefinidamente. Por sua vez, a natureza da transgressão se esbarra especificamente no problema da irreversibilidade da ação. Ademais, Arendt também apresenta no final de *Origens do Totalitarismo*, de 1951, a sua própria aceção de mal radical – para Arendt o surgimento de um mal radical põe termo à noção de gradual desenvolvimento e transformação dos valores. Segundo a autora, o mal finalmente apresenta suas raízes no mundo a partir de um sistema onde todos os indivíduos são igualmente supérfluos e descartáveis. Arendt empresta o conceito formulado por Immanuel Kant em *A Religião dentro dos Limites da Simples Razão*, de 1793, e lhe concede própria aceção no contexto totalitário: um mal absoluto que não podia ser explicado por motivos humanamente compreensíveis e que se encontra além das capacidades de se punir e perdoar. A intuição de Arendt é concomitante ao advento da figura dos crimes contra a humanidade como um tipo penal específico no direito internacional no pós-guerra (isto é, casos de assassinato, extermínio, escravidão, expurgo e outros cometidos contra a própria população civil, antes ou durante a guerra, bem como perseguições de cunho político, radical e religioso). De acordo com Celso Lafer, os crimes contra a humanidade representavam uma reação jurídica da comunidade internacional ao problema do mal evidenciado de maneira paradigmática a partir da experiência totalitária. É importante, neste viés, compreender em que sentido a tipificação dos crimes contra a humanidade coincide com o significado que Hannah Arendt intenta alcançar ao formular sua própria definição de mal radical. Pretende-se, ainda, verificar como este conceito se insere na experiência política contemporânea, bem como em que se diferencia à noção apresentada por Kant e quais os desafios jurídicos impostos por essa modalidade até então inédita de crime. Por fim, também é intenção estabelecer relações entre a noção de mal radical proposta por Arendt e a sua opção posterior por utilizar expressão “banalidade do mal” no intuito de descrever o estatuto de novidade do problema do mal nos regimes totalitários e o fenômeno de ausência de volição para a prática do mal circunscrito à personalidade de Adolf Eichmann e demais criminosos de gabinetes.

Mestrando: Edney Augusto Cordeiro Silva

Linha de pesquisa: Metafísica e Teoria do Conhecimento

Orientadora: Márcia Zebina Araújo da Silva

Título do projeto de pesquisa: Obra de Arte “um estranhamento na direção do sensível”: O perecimento do perene e o declínio do belo clássico para Hegel

Título da comunicação: O tratamento da escultura em Hegel por meio da leitura de Jack Kaminsky e Stephen Houlgate

Resumo:

Dentro desta comunicação irei abordar dois pontos, uma explicação sobre a estética hegeliana e como isto se dá no sistema hegeliano, fazendo um apanhado sobre os estágios simbólico, clássico e romântico. Naturalmente nosso foco é o estágio clássico e a leitura da escultura realizada por Hegel. Após esta breve passagem abordarei a leitura de dois comentadores de Hegel acerca do belo clássico, para ser mais específico em Jack Kaminsky irei trabalhar a seção de sua obra “Hegel on the art” intitulada “O estágio clássico da arte: escultura”: em Stephen Houlgate irei abordar seu artigo “Hegel e a beleza da escultura”, sendo nosso objetivo demonstrar como estes autores divergem mais também se assemelham na análise da estética hegeliana.

Doutorando: Eduardo Emanuel Ferreira Leal

Linha de pesquisa: Ética e Filosofia Política

Orientadora: Helena Esser dos Reis

Título do projeto de pesquisa: A Função Social da Religião na Democracia em Alexis de Tocqueville

Título da comunicação: Religião e Democracia: Uma reflexão a partir de Alexis de Tocqueville

Resumo:

O presente trabalho tem como objetivo precípua fazer um estudo a partir do pensamento de Alexis de Tocqueville (1805-1859) acerca da democracia moderna, bem como compreender o papel social que o autor dá a religião dentro do regime democrático. Com olhar penetrante e muitas vezes profético, Tocqueville analisa o *ethos* do regime democrático, calcado nas ideias complementares de igualdade social e liberdade política. Como consequência de tal análise Tocqueville percebe os vícios inerentes ao Estado democrático, como o individualismo, o materialismo e a apatia político-social. A partir de tais constatações, em primeiro momento, discutirei baseado no pensamento tocquevilliano as causas e quais são os vícios inerentes ao Estado democrático e, posteriormente, discutirei em que medida a religião pode ser uma grande aliada, dentro de um contexto que privilegia a igualdade, no que tange a defesa da própria democracia, a fim de abrandar seus problemas inerentes, tornando-a um regime moderado através da consagração da liberdade.

Mestrando: Eduardo Perez Oliveira

Linha de pesquisa: Ética e Filosofia Política

Orientador: Adriano Correia Silva

Título do projeto de pesquisa: A amplitude da felicidade no âmbito social em Hannah Arendt

Título da comunicação: Felicidade: entre a objetividade das virtudes e a subjetividade do bem-estar

Resumo:

Um tema crescente, pelo menos na sociedade ocidental, tem sido a felicidade. De pesquisas científicas acuradas a palestras de *coaching* que prometem um controle absoluto sobre a vicissitudes da vida, a felicidade tem sido dissecada, explorada, debatida e comercializada como um produto.

O que pouco se observa nesse pululante mercado são duas questões antecedentes: o que seria essa felicidade e se existiriam critérios de objetividade que a definiriam. A bem dizer, indaga-se se a felicidade limitar-se-ia a um sentimento pessoal de bem-estar (subjetividade), ou se, para alcançá-la, seria necessário pautar-se por critérios menos pessoais e mais universais, externos ao sujeito, mas encontrados também dentro dele, comum a todos (objetividade).

Sem olvidar a polêmica, pode-se perguntar o quanto a felicidade está vinculada à moral.

A tradição aristotélica apresentará como resposta a eudaimonia, ou florescimento humano, exigindo-se uma vida virtuosa para que a felicidade seja alcançada. Esse entendimento encontrará nos estóicos o extremo da independência da fortuna, centralizando no ser o exercício das virtudes, mesmo ausentes os meios materiais.

Kant trará uma cisão entre a moral e a felicidade. Para o filósofo, felicidade é alguém obter aquilo que deseja, não como prazer, mas como a representação das coisas em conformidade com a vontade do indivíduo.

Porém, essa felicidade é indeterminada, porque somente a onisciência permitiria saber os reais desejos e vontades de um indivíduo. Até lá, novos desejos se sucedem.

O agir moral, portanto, não é mais relacionado à felicidade como fim da ação humana.

Na atualidade, evoluindo a partir da dissociação entre moral e felicidade, assume-se que esta última é qualificada e quantificada com exclusividade na visão subjetiva de cada pessoa. Portanto, é o sentir-se feliz que conta.

Por esse ângulo, a felicidade apartada da virtude, o bem-estar pode significar qualquer coisa: lado a lado da satisfação do jardineiro em executar um belo jardim, estará a alegria do pedófilo na prática de sexo infantil, a sensação de poder do tirano ao exercer sua tirania, o prazer do sádico em torturar prisioneiros.

Poderia Adolf Eichmann ser feliz?

Se a felicidade se define exclusivamente pelo bem-estar do sujeito segundo a sua concepção pessoal, e este é seu único conteúdo, não haverá sobre isso qualquer questionamento ético.

Em suma, tudo cabe no conceito de felicidade se não existirem balizas mínimas, ou, no máximo, essas balizas não existiriam a priori, mas a posteriori, como consensualidade, o que, nesse último caso, aproximaria esse debate do recorrente confronto na seara da justiça entre o positivismo e o jusnaturalismo, ou seja, se não existem limites prévios do que é justo, se o justo é um produto da sociedade, então o que define a justiça será sempre o consenso (a posteriori), nunca um paradigma prévio (a priori).

Contribui para a análise do tema a análise de felicidade obtida pela ação, e não pela passividade, ou seja, como algo que o indivíduo faz com sua vida em contraposição àquilo que com ele acontece, oportunizando uma breve análise do conceito de *vita activa* arendtiano em seu aspecto ação.

Analisar esses aspectos da felicidade possui uma relevância que transcende o mero debate conceitual, uma vez que repercute também na esfera a vida social e política. Dizer se há ou não virtude na busca da felicidade também é pensar se é possível ser feliz sozinho, ou feliz produzindo infelicidade.

Mestranda: Elga Lustosa de Moura Nunes

Linha de pesquisa: Ética e Filosofia Política

Orientador: Renato Moscateli

Título do projeto de pesquisa: O papel das assembleias na consolidação do Estado Republicano no pensamento de Jean-Jacques Rousseau

Título da comunicação: A deliberação, a opinião e o voto nas assembleias

Resumo:

Na obra *Cartas Escritas da Montanha*, Jean-Jacques Rousseau esclarece a separação prática entre deliberação, opinião e voto. Cada um desses momentos vivenciados na assembleia é relevante no processo de formação das leis. De fato, Rousseau desenhou tais atos políticos com etapas a serem seguidas, mediante o atendimento de várias circunstâncias: além dos requisitos formais que devem ser atendidos, há outros pressupostos intrínsecos de validade, de observância obrigatória para que a deliberação coletiva atenda ao escopo para a qual foi criada. Ouvir a voz do soberano não é algo que se deduz do simples ato de assembleia. Há fases que devem ser transpostas e vivenciadas no interior desse ato para que se possa chegar seguramente à deliberação coletiva que visa ao bem comum. O objeto da presente comunicação é apresentar essa pequena e importante anotação feita pelo filósofo genebrino na obra já citada, quando conseguimos perceber esses sutis momentos, que são a deliberação, a opinião e o voto, em que as assembleias irão progredir.

Doutorando: Filipe Borges Albernaz

Linha de pesquisa: Lógica e Filosofia da Linguagem

Orientador: André da Silva Porto

Título do projeto de pesquisa: O Problema Filosófico do Contínuo: disputa entre Análise Clássica e Análise Suave

Título da comunicação: Interpretação intuicionista de 'prova' e a rejeição do princípio do terceiro excluído

Resumo:

Ainda hoje, é possível ver o intuicionismo ser tratado, em departamentos de matemática, filosofia ou lógica, como sendo meramente uma fundamentação da matemática que essencialmente opta pela rejeição do princípio do terceiro excluído (PTE) ou que admite apenas provas construtivas. Essa conclusão não é de todo incorreta, mas trata-se de uma visão simplista do que realmente é o intuicionismo. A principal razão para a não compreensão do intuicionismo em sua profundidade talvez recaia justamente na conclusão apressada quanto aos motivos que levam à rejeição do PTE. A partir do que entendemos ser a noção intuicionista fundamental, extrai-se consequências inevitáveis para a matemática e para a lógica, dentre elas a rejeição do PTE bem como a conclusão de que provas intuicionistas devem ser necessariamente construtivas.

Para chegar aos impactos do intuicionismo na lógica, é necessário entender o contexto em que suas ideias ganharam eco. Nas primeiras décadas do século XIX deu-se o início da disputa de fundamentos da matemática polarizada entre defensores da Teoria dos Conjuntos e Intuicionistas. A disputa girava essencialmente em torno da noção de *existência*, de modo que a existência clássica era garantida por um realismo platônico, enquanto que o Intuicionismo se apresentava como um idealismo cuja noção fundamental de existência recaía sobre a noção de *construção mental matemática*, o único objeto matemático admitido. Como consequência, temos a conhecida interpretação BHK (iniciais de Brouwer, Heyting e Kolmogorov), ou construções como provas de *proposições matemáticas*, i.e., de condições a serem cumpridas por uma prova.

Dentre as consequências da interpretação BHK, temos a interpretação dos conectivos lógicos, e da negação como uma forma de asserção e não como uma operação sobre proposições. No entanto, entendemos que a consequência mais importante recai sobre a rejeição do PTE, cujo argumento é apresentado pelo próprio Heyting ao explicitar a estranheza da ideia clássica de existência objetual sem que seja apresentado um método, mesmo em princípio, para se calcular o objeto pretendido. A proposta intuicionista é, então, mais intuitiva, ao admitir que provas de proposições devem ser interpretadas como a atualização da possibilidade de obtenção do objeto pretendido, para que só assim sejam reconhecidas como *provas*. No exemplo dado por Heyting, temos duas disjunções, ambas admitidas classicamente como definições válidas de números naturais. No entanto, das duas definições apresentadas só é possível obter o número natural de uma delas, não sendo possível calcular o número pretendido em // . Assim, // é rejeitada intuicionisticamente como uma definição de número natural.

Vamos comparar duas definições de números naturais, digamos, k e l .

I. k é o maior primo tal que $k - 1$ é também primo, ou $k = 1$ se tal número não existe.

II. l é o maior primo tal que $l - 2$ é também primo, ou $l = 1$ se tal número não existe.

A matemática clássica negligencia completamente a óbvia diferença de caráter entre essas duas definições. k pode realmente ser calculado ($k = 3$), enquanto que não possuímos nenhum método para calcular l , pois não se sabe se a sequência de pares de primos gêmeos $p, p + 2$ é finita ou não. Portanto, os intuicionistas rejeitam II como uma definição de um inteiro; eles consideram um inteiro bem definido apenas se um método para calculá-lo é dado. Agora, essa linha de pensamento leva à rejeição do princípio do terceiro excluído, pois se a sequência de primos gêmeos fosse finita ou não finita, II definiria um inteiro.¹

Devemos, no entanto, fazer um alerta neste ponto: não se deve admitir que, a partir da atualização da possibilidade (mesmo em princípio) de obtenção do objeto pretendido, a proposição “passa a ser verdadeira”. O que, de fato, ocorre, é o reconhecimento daquela atualização da possibilidade, ou da posse do método, ou mesmo da instanciação do objeto pretendido, como uma prova da proposição, ou o reconhecimento do cumprimento das condições proposicionais por parte da prova.

¹ HEYTING, Arend. *Intuitionism, an introduction*. 3. ed. Amsterdam, London: North Holland, 1956.

Doutorando: Frederico Duarte Pires de Sousa

Linha de pesquisa: Metafísica e Teoria do Conhecimento

Orientador: Fábio Ferreira de Almeida

Título do projeto de pesquisa: A Filosofia de Alexandre Koyré

Título da comunicação: O tempo como problema do historiador: Koyré e os *Annales*

Resumo:

Se como disse certa vez Jacques Le Goff (2001; 2014), é no tempo que a História, enquanto saber, encontra sua matéria e sua razão de ser, e se é no tempo e pelo tempo que o historiador trava seus combates, cabe perguntarmos, uma vez e sempre: que tempo é este, o tempo da história? A bem da verdade, talvez fizesse mais sentido nos perguntarmos antes, no plural, pelos *tempos* do que pelo tempo da história: é o tempo do historiador, aquele que seu discurso reconstrói, o retrato fiel e factual do que realmente se passou? Pode o tempo do historiador e o tempo cronológico do mundo da vida se coincidirem? Que relação pode haver entre o *passado de fato* e os inúmeros passados narrados? Pode esse *passado de fato* servir de objeto de um saber? É sequer pensável a possibilidade de um olhar sobre um *tempo outro* sem ser à luz de um *hoje já nosso*? Este tipo de problematização esteve por trás da renovação epistemológica – sem igual em teoria da história – instaurada pela criação da magistral revista *Annales d’Histoire Économique et Sociale* (1929) de Lucien Febvre e March Bloch. Alexandre Koyré, historiador e filósofo do pensamento que era, é claro, não estava alheio aos combates de Febvre e Bloch. Será precisamente deste possível diálogo – ou talvez, deste “ar de família” – entre Koyré e os *Annales* que trataremos aqui. Assim, nos pautando pelas questões já citadas, a presente comunicação partirá visando, antes de mais nada, situar o pensamento de Koyré em relação ao teor filosófico das renovações metodológicas concernentes ao fazer historiográfico advindas com a *nouvelle histoire* de Febvre e Bloch. Nesse sentido, nosso objetivo outro não é do que compreender as dimensões filosóficas que podem haver por trás do engajamento em uma nova forma de se pensar um ofício e um saber. Como bem constatou Fernand Braudel (1958), em história, novos métodos impõem novas imagens de Tempo. O que é dizer: é de uma nova metafísica que parte uma nova epistemologia, que “[...] as grandes revoluções são sempre metafísicas.” (CAMUS, 2019, [1942], p. 149). Algo com o quê, é apenas um palpite, nos parece que Koyré concordaria.

Mestrando: George Felipe Bernardes Barbosa Borges

Linha de pesquisa: Ética e Filosofia Política

Orientador: Rafael Rodrigues Pereira

Título do projeto de pesquisa: A pedagogia do riso: As performances filosóficas de Diógenes de Sinope

Título da comunicação: O riso e a vergonha na retórica cínica

Resumo:

O que iremos apresentar são algumas considerações-chaves sobre nossa investigação (ainda em andamento) acerca da retórica cínica. A partir das leituras de Branham entendemos que o humor é um elemento central na exposição filosófica de Diógenes. Nossa hipótese, seguindo a trilha legada pelo professor de literatura clássica, é que Diógenes, através de sua retórica performática utilize do humor e de seus elementos críticos para produzir uma pedagogia cínica. A consequência dessa pedagogia será a vergonha se transformando em uma emoção moral para a transformação do interlocutor. Essa pedagogia cínica, por sua vez, é bastante similar aos *koans* orientais, diferindo bastante dos dispositivos usuais de disposição e persuasão do pensamento e da filosofia ocidental.

Isto posto, podemos falar um pouco da estrutura de nossa pequena apresentação, que naturalmente girará toda em torno dessa temática. Nosso primeiro passo será falar sobre como os elementos filosóficos da escola cínica se sobrepõem ao cômico: para tanto retomaremos brevemente como a ironia e a liberdade se recobrem, e se aliando tornam-se mutualmente muito mais fortes. Na segunda e última etapa chegamos a nosso objetivo, onde aplicaremos o cômico na retórica. Procuraremos argumentar que o objetivo de Diógenes é incutir a mensagem cínica através da vergonha. Ele constrange seu interlocutor, o expõe ao ridículo, com o intuito de produzir alguma mudança significativa, mesmo que seja pelo canal da coerção.

Doutorando: Gilmário Guerreiro da Costa

Linha de pesquisa: Estética e Filosofia da Arte

Orientadora: Carla Milani Damião

Título do projeto de pesquisa: O problema da práxis na filosofia benjaminiana

Título da comunicação: Práxis e liberdade em Rosa Luxemburgo e Antonio Gramsci

Resumo:

Na história multifacetada do marxismo contemporâneo, as obras de Rosa Luxemburgo (1871-1919) e de Antonio Gramsci (1891-1937) ocupam lugar eminente e polêmico. Sua proeminência deve-se tanto às suas atividades, marcadas por uma admirável coerência que lhes haveria de custar a própria vida, quanto por esforços recorrentes de reelaboração do pensamento marxiano. Seu lugar polêmico diz respeito justamente à retomada dos conceitos marxianos em novas bases, com que demonstraram a sua atualidade no fornecimento de instrumentos analíticos de explicação da grave crise histórica que o movimento mundial dos trabalhadores enfrentava à época – às vésperas da Primeira Guerra e, após o seu término, com a ascensão de ideologias nacionalistas e totalitárias, dentre as quais despontava o fascismo. Em meio a todas essas exigências a que se obrigavam atender, Luxemburgo e Gramsci configuraram com novos elementos e nova orientação os conceitos de *práxis* e de *liberdade*. Nossa comunicação propõe-se discorrer sobre as linhas diretrizes dessa contribuição à filosofia contemporânea. Lugar de relevo será concedido às possíveis confluências entre as suas ideias, bem como aos aspectos específicos do pensamento de cada um deles.

Doutorando: Guilherme de Freitas Leal

Linha de pesquisa: Ética e Filosofia Política

Orientadora: Adriana Delbó Lopes

Título do projeto de pesquisa: Entre a Crítica e a Abertura em Foucault: a ausência do pensar filosófico no sujeito moderno

Título da comunicação: A Abertura para o Outro: a experiência da Pintura, do Cinema, do Teatro, da Literatura

Resumo:

A tese a ser construída trabalha fundamentalmente com a leitura feita por Foucault acerca da obra de Kant que se encontra presente em sua tese complementar intitulada *Genealogia e Estrutura da Antropologia de Kant*. Destacamos a revalorização feita por Foucault no que se refere à Filosofia, por um lado, não só destacando sua capacidade crítica, mas, principalmente, à Abertura do pensar. Através dos seus próprios métodos de investigação e análise, a saber, a arqueologia e a genealogia, Foucault constrói a possibilidade de fazer a crítica do Mesmo dos mais diversos campos concernentes ao modo de ser do sujeito moderno. Dessa forma, a hipótese consolidar-se-á ao apresentar três eixos de aglutinação das pesquisas de Foucault – o Saber, o Poder, o Si – numa análise conjunta do quanto a modernidade não se utiliza nem da crítica e muito menos da capacidade de Abertura tão fundamentais ao pensamento filosófico. Reduzindo o trabalho do pensamento a uma analítica da finitude, nos limites já dados, isto é, na constância do Mesmo, a Modernidade é a expressão do pensamento antifilosófico tanto no campo do Saber, quanto no que diz respeito às relações de Poder e, não menos importante, na consolidação das práticas de Si. Seja em temas como a loucura, a delinquência e a prisão, a sexualidade, o poder ou o cuidado de si, Foucault esteve sempre promovendo tanto uma crítica de verdades estabelecidas ao buscar suas origens pelo método arqueológico ou genealógico, como esteve apontando para a ignorada capacidade de Abertura para além do mesmo próprio da atividade do pensar. Dessa forma, observamos o seu interesse pela literatura bem como por pintores, atores, diretores, cineastas, entre outras áreas, como âmbito da desconstrução da modernidade filosófica, desconcertadores do Mesmo ao mesmo tempo que expositores de um Outro. Sejam os escritores utilizando as palavras, ou os envolvidos na cinematografia no trato com as imagens, ou ainda os músicos na composição dos sons, Foucault destaca incessantemente ao longo das décadas de pesquisa, esses fazedores de algo que nunca foi, do novo brotado na repetição do que já se sabe, do que já se pode, do que já se é.

Mestrando: Gustavo Lenza Kuhn de Tavares

Linha de pesquisa: Ética e Filosofia Política

Orientadora: Helena Esser dos Reis

Título do projeto de pesquisa: A concepção de democracia no pensamento de Alexis de Tocqueville: A tensão existente entre a igualdade de condições e a liberdade política.

Título da comunicação: Concepção de Liberdade em Tocqueville

Resumo:

Tocqueville não define o conceito, porem compreende que a “verdadeira” liberdade só é possível na convergência da **capacidade** e **independência** de agir e pensar de acordo com si mesmo coordenada com uma **participação** ativa nos assuntos públicos. Apesar de perceber que a liberdade é possível tanto no mundo aristocracia quanto democrático, há distinções entre a liberdade moderna ou democrática e aristocrática. Na primeira, Tocqueville observa, configura-se como **direito comum**; próprio de uma sociedade de iguais, e a segunda é **privilegio** de poucos em conformidade com a desigualdade típica da aristocrática. A condição de desigualdade aristocrática calca-se em “tradições perenes” que se perdem no passado. Três corpus sociais solidamente hierarquizados, - Clero, Nobreza e o Terceiro Estado, - articulam-se pela vontade de Deus na formação de um *corpus politicum* harmônico. O mundo democrático faz ruir essa harmonia e conforma todos os indivíduos em um único e mesmo corpo social. A tônica dessa mudança na forma de liberdade apreendida em cada tempo respectivo está em conformação a histórica transição em curso; a ascendência da sociedade burguesa e decadência histórica da aristocracia.

Para melhor compreender sua concepção, importa ter como termo de comparação o texto de Benjamin Constant “A liberdade dos antigos comparada a dos modernos”. Pois, se Constant toma a independência individual em primazia à liberdade política. Tocqueville assume uma postura mais comedida. Não subordina a liberdade privada à pública. Inclusive, sua preocupação voltava-se para os problemas que possam advir de tal atitude. Pois, quando o indivíduo abdica da vida pública, da **participação** dos assuntos públicos, não apenas correriam o risco de perder as garantias de fruir seus gozos privados, como Constant denuncia, mas perderiam qualquer possibilidade de serem livres. Da apatia pública nasceria um Estado forte e centralizado como nenhum outro na história; a democracia tornar-se-ia no mais desprezível despotismo denuncia Tocqueville.

Doutorando: Hamilton Cezar Gomes Gondim

Linha de pesquisa: Metafísica e Teoria do Conhecimento

Orientador: Thiago Suman Santoro

Título do projeto de pesquisa: Os limites da ética sartriana nos *Cahiers pour une Morale*

Título da comunicação: Posturas mistificadas e criação em Sartre

Resumo:

Sartre sustenta a autenticidade vinculada a um tipo de reflexão que está em maior coerência prática com a condição humana livre e o aspecto criativo inerente a tal liberdade. Entretanto, há uma pluralidade de posturas inautênticas e alienadas que auxiliam a mascarar tal condição humana. Entre tais posturas Sartre propõe que existem duas posturas mistificadas nos *Cadernos para uma Moral* ao qual abarcam virtualmente uma gama de variações. Tais posturas são a do engenheiro e do artista. Estas duas formas, figuradas através de duas atividades humanas tradicionais, tratam de modo equivocado a possibilidade de significação e criação do Para-si em relação ao Em-si. A figura do engenheiro trata a realidade como satisfação de certas necessidades inerentes do homem e sobre uma perspectiva tecnicista que transforma o mundo de modo a convertê-lo a mero meio de realização dos projetos humanos. Ele converte o Em-si, que não tem nenhum fundo teleológico prévio, sobre a ótica do útil e do inútil. Ao mesmo tempo o circuito de pragmatismo e do utilitarismo do engenheiro não reconhece a própria liberdade como fonte dos valores, mas é legitimado a partir das necessidades de outros homens, construindo uma justificativa alienada para o seu fazer originariamente criativo. Já o artista, embora com o seu caráter criativo evidenciado na sua atividade, apresenta em sua obra uma postura mistificada ao tratar de forma imaginária o Em-si tal qual como se este fosse criado para ser moldada pelo Para-si, sugerindo uma subjetividade exacerbada na narrativa de criação do artista. A postura de autenticidade, por sua vez, esclarece que a realidade humana é desveladora e perpétua criadora de significado através de um projeto. Evidenciaremos que esta criação é, entretanto, distinta das compreensões comuns e elusivas expressas nas posturas mistificadas e também distanciada de uma perspectiva tradicional de compreensão de criação *ex nihilo*.

Mestrando: Igor de Souza Cesário

Linha de pesquisa: Lógica e Filosofia da Linguagem

Orientador: Guilherme Ghisoni da Silva

Título do projeto de pesquisa: Os limites da racionalidade: falsidade, erro e loucura - Um estudo sobre o pensamento de Ludwig Wittgenstein a partir da obra *Da certeza*

Título da comunicação: O problema da incompatibilidade entre diferentes quadros de referência ou imagens de mundo (*Weltbild*) na obra *Über Gewißheit*

Resumo:

Na obra *Da Certeza* (*Über Gewißheit*) Wittgenstein trata de vários temas relacionados a certezas, crenças e sobre o que é possível conhecer. Em meio a essas discussões utiliza-se de um conceito relativamente bem conhecido na filosofia e discorre sobre seus desdobramentos, a saber, o conceito de “quadro de referências”, ou no original *Weltbild*.

Esse conceito se refere a um arcabouço de certezas que usamos para balizar nossas ações, agimos conforme elas e não as colocamos em dúvida normalmente, apesar de que, em casos isolados podemos fazer isso, mesmo assim utilizamos essas certezas no nosso dia a dia e elas nos acompanham desde nossas ações mais simples até as mais complexas.

Esse quadro de referências de que trata Wittgenstein não é de certo modo individual e subjetivo, é partilhado e público (apesar de parte das certezas ser de cunho subjetivo, elas devem poder ser acessadas por qualquer indivíduo que compartilhe um quadro de referências em comum), pois está relacionado inclusive a forma com que uma comunidade linguística se utiliza das palavras e como atribuem sentido a frases.

Ocorre que segundo a visão de Wittgenstein, podem existir vários quadros de referência distintos, porém o problema se encontra justamente em casos onde dois quadros de referências entram em choque, o que pode se dar desde uma simples interação entre pessoas com visões de mundo bem distintas, ou em casos onde comunidades inteiras, com quadro de referências partilhado por milhões de indivíduos travam um embate, não necessariamente um embate físico, mas primeiramente um embate linguístico e de referências distintas.

Nesses casos particulares muito pode ser analisado, primeiramente que o autor não defende a superioridade de um sistema de crenças em relação a outro, tampouco defende que deva existir apenas um quadro de referências, contudo, segundo uma visão breve sobre o tema, sistemas muito distintos poderiam ocasionar inclusive numa ruptura comunicacional, onde um indivíduo não entenderia o sentido do que o outro gostaria de expressar, causando um distanciamento entre comunidades linguísticas distintas.

Dentro desse contexto, coisas problemáticas podem vir a ocorrer, com a ruptura comunicacional várias coisas podem decorrer disso, por exemplo, na idade média a não compreensão de um sistema de crenças distinto poderia levar uma pessoa a ser morta em uma fogueira, ou ser obrigada a se “converter” a um novo sistema de crenças. Wittgenstein discorre justamente sobre esse limite entre sistemas de crenças distintos.

Por vezes alguém pode ser tachado de louco simplesmente por não compartilhar de ideias e crenças semelhantes, algo que o autor vai se ater com mais afinco, ou seja, como um problema linguístico pode acarretar inclusive em problemas de cunho político, o que apesar de não ser propriamente o que o autor trabalha, possui consequências para diversas outras áreas da filosofia e mesmo da vida cotidiana.

Então a partir disso, como podemos analisar a interação entre quadros de referências distintos? Como isso se dá e como ocorre? Quais consequências essa interação pode ocasionar? Essas perguntas vem a superfície quando analisamos os últimos escritos do autor que compõem o que fora denominado *Da Certeza*, além de outros questionamentos como por exemplo, se é possível ou não a tradução entre diferentes sistemas de crenças, se seria possível ou não o diálogo entre indivíduos posicionados em comunidades linguísticas que mantém crenças muito distintas entre si, e demais coisas do gênero.

Portanto, o objetivo principal desta comunicação será analisar como e se poderia ocorrer a tradução entre quadro de referências distintos segundo Wittgenstein, o que poderia levar a uma possível ruptura comunicacional, além de fomentar o debate sobre as consequências do embate entre esses sistemas de crenças distintos.

Doutorando: Igor Souza Saraiva

Linha de pesquisa: Lógica e Filosofia da Linguagem

Orientador: André da Silva Porto

Título do projeto de pesquisa: A Semântica das Predicações na Teoria das Categorias

Título da comunicação: Axiomatizando teorias algébricas via teoria das categorias

Resumo:

Estruturalismo pode ser descrito como a tese de que enunciados da matemática não falam sobre objetos particulares, e sim, em conjunto com a totalidade dos outros enunciados do mesmo campo, prescrevem normas gerais capazes de descrever igualmente qualquer construção formal que satisfaça as exigências associadas a aquele campo. Assim, para o estruturalista, por exemplo, a aritmética não é a ciência que trata de uma certa série progressiva particular, a saber, a série dos números naturais, mas antes uma teoria acerca das propriedades de *qualquer* série progressiva que satisfaça o axioma de indução.

Em “Does Category Theory provides a Framework for Mathematical Structuralism?” Geoffrey Hellman impõe algumas dificuldades ao filósofo da matemática que defende a teoria das categorias como o “plano de fundo” de uma matemática praticada em consonância com um princípio de Estruturalismo. Tal como a dificuldade imposta anteriormente por Feferman, em “Categoric Foundations and Foundations of Category Theory”, o argumento de Hellman parece girar em torno da ideia de que a teoria *pressupõe*, em vez de esclarecer, algumas noções anteriores a própria teoria, e portanto, demandaria algum *framework* mais básico.

De acordo com Steve Awodey a teoria das categorias é obviamente o plano de fundo do matemático estruturalista praticante, mas ainda é uma tarefa em aberto esclarecer em que consistiria o estruturalismo categórico enquanto doutrina filosófica. Por isso, não é de se estranhar que a pergunta que deu o título ao texto supra-mencionado de Hellman tenha sido respondida positivamente de duas maneiras distintas. Para Maclarty, o aspecto fundacionalmente importante da teoria das categorias seria o de que seu poder expressivo se limitaria as propriedades puramente estruturais dos objetos, fazendo com que um universo de objetos descritos apenas via a linguagem da teoria das categorias seja apto a ser o universo das estruturas das quais a matemática nada mais seria do que uma ciência.

Awodey, por outro lado, propõe que do ponto de vista da teoria das categorias não há “universo fixo”, ou mesmo um “universo de universos fixos”(como poderíamos descrever a proposta semelhante de John Bell), dentro dos quais enunciadas matemáticos formulados em termos da teoria das categorias deveriam ser interpretados. Awodey insiste, por oposição as outras formas de estruturalismo, que isso não é o mesmo que conceber as sentenças da matemática como enunciados elípticos que conteriam, em sua forma lógica real, quantificadores. Pois quantificadores ainda possuiriam um domínio dentro do qual suas variáveis devem operar, e nesse sentido, não seriam essencialmente esquemáticos.

Nossa proposta de comunicação é ilustrar de forma mais pragmática o que significa dizer que os enunciados da matemática são “esquemáticos” ao mostrar como é que se emprega a teoria das categorias pra sistematizar, axiomatizar e formalizar os distintos ramos da álgebra. Uma certa teoria algébrica pode ser representada como uma categoria satisfazendo certos diagramas, correspondendo aos axiomas da teoria, de tal modo que cada modelo dessa teoria seja um mapeamento da categoria em questão em alguma outra categoria que seria vista como “o universo no qual aquela estrutura habita”, desde que o mapeamento em questão preserve a noção de “produto”. A esquematicidade dos enunciados da matemática viria do fato de que nenhuma informação acerca do universo no qual a estrutura algébrica de um dado tipo habita estaria contida nos próprios diagramas, a não ser a de que o universo em questão precisaria dispor da noção de “produto cartesiano” como condição necessária de que nele habitem estruturas algébricas.

Mestrando: Ildo Corrêa da Silva Neto

Linha de pesquisa: Ética e Filosofia Política

Orientador: Rafael Rodrigues Pereira

Título do projeto de pesquisa: Dispositivo de guerra como análise das relações sociais

Título da comunicação: Convergências entre Mouffe e Foucault: o projeto epistemológico como articulação entre o antagonismo e a pluralidade

Resumo:

O presente trabalho é uma demonstração da possibilidade de comunicação entre as reflexões dos filósofos francófonos Chantal Mouffe e Michel Foucault sobre as produções epistemológicas e as relações de poder no campo do político. O objetivo é demonstrar como a compreensão da dimensão ontológica do político nos ajuda a pensar um novo projeto epistemológico que pode se articular com ações efetivas no campo político e responder as demandas da pluralidade democrática de nosso tempo. A metodologia aplicada é o cotejamento de textos e de conceitos aproximativos dos autores. Ambos os autores concebem que o pano de fundo das relações de poder é da ordem do conflito, ou seja, do antagonismo. Este funcionamento do político se reflete na produção de saberes que obedecem a certas características em comum, ou seja, à episteme de uma dada era. Ambos observam que certos saberes se tornam hegemônicos e subjugam outros, o que Mouffe denomina de hegemonia. A democracia deliberativa se tornou este saber -modelo hegemônico e busca se fortalecer discursivamente para tornar-se inquestionável perante as dissensões. O cenário é de um modelo que subjugua e silencia uma pluralidade de vozes. Para reverter o jugo deste modelo é preciso a elaboração de um projeto epistemológico que valorize os saberes subjugados e dê voz à pluralidade através do que Mouffe denomina de democracia radical. Este projeto deve assegurar o agonismo como articulação entre o antagonismo presente no nível ontológico e a pluralidade presente no nível ôntico do político.

Mestrando: Jean Carlos Campos de Souza Junior

Linha de pesquisa: Lógica e Filosofia da Linguagem

Orientador: Guilherme Ghisoni da Silva

Título do projeto de pesquisa: Tempo em Bertrand Russell

Título da comunicação: A teoria da mudança russelliana

Resumo:

A mudança se dá em um objeto que perdura ao longo do tempo e pode vir a perder ou ganhar propriedades, assim, afirmamos que ocorreu mudança no objeto. Esta noção de mudança que acabei de narrar é a forma que normalmente pensamos quando falamos sobre mudança. Na filosofia, algo que possa vir a perdurar ao longo do tempo pode ser conceituada como substância. Uma *substância essencial* do objeto que ganha e perde propriedades *acidentais*. Ademais, para que algo possa perdurar no tempo, o tempo ele mesmo tem que estar no fluxo temporal, dinâmico, porque a mudança ocorre neste fluxo temporal que se dá entre passado, presente e futuro. E, segundo Richard Taylor (1919-2003) em *Metaphysics* (1991): “The concept of time is inseparable from the concept of change.” (TAYLOR, 1991, p. 78). Se um objeto está submetido ao tempo, o objeto está neste fluxo temporal, portanto, quando falamos de mudança, conseqüentemente, temos que falar sobre tempo. Russell, ao recusar que uma substância perdura no tempo, defende uma teoria estática do tempo em que todos os eventos são eternos, ou seja, não há um objeto que perdura ou mesmo um fluxo temporal. Segundo Russell, tempo é uma série de eventos ordenados com relações de simultaneidade e sucessão. Deste modo, o fluxo temporal em que um objeto está submetido não ocorre, assim, a mudança, como normalmente pensamos, tem que ser recusada. Como, então, ocorre mudança para Russell? Segundo Russell, em *The Principles of Mathematics* (1903), mudança é: “[...] the difference, in respect of truth or falsehood, between a proposition concerning an entity and a time T and a proposition concerning the same entity and another time T' [...]” (RUSSELL, 1903, p. 469). Portanto, a mudança ocorre na variação do valor de verdade das proposições. Na obra *God and the Soul* (1969), Peter Thomas Geach (1916 – 2013) nomeou a definição de mudança de Russell como *Cambridge Conception of Change*.

Doutorando: João Lourenço Borges Neto

Linha de pesquisa: Ética e Filosofia Política

Orientador: Adriano Correia Silva

Título do projeto de pesquisa: O *Homo Sacer* de Giorgio Agamben: um diálogo entre dois antípodas (Carl Schmitt e Walter Benjamin)

Título da comunicação: Violência constituinte e violência constituída: um diálogo com Carl Schmitt

Resumo:

O soberano é aquele que decide sobre o Estado de exceção; é assim que Carl Schmitt inicia a sua obra, *Politische Theologie*, de 1922. Escrita três anos após a promulgação da Constituição de Weimar, a definição de soberania e do Estado de exceção marcou o debate jurídico e político daquele período. O soberano, diz Carl Schmitt, possui o monopólio último da decisão e o estado exceção é aquela situação limite, última e primeira, da norma constitucional. O direito, enquanto uma norma positiva reguladora dos conflitos sociais, estaria emancipado da política? Na perspectiva de Schmitt, o direito, ao contrário do que tentam supor os juristas bem-intencionados, está subordinado ao político. Um ano antes da publicação da *Teologia Política*, Carl Schmitt escreveu *Die Diktatur*, estabelecendo nesta as bases iniciais de seu conceito de Estado de exceção. Na referida obra, o jurista alemão realiza uma arqueologia do conceito de ditadura, expondo as entranhas do poder constitucional como sendo aquele de uma dialética presente entre poder constituído e poder constituinte. Da ditadura romana à ditadura do proletariado, passando pelo Estado burguês do século XVIII ao social da Constituição de Weimar, encontra-se em seu âmago a violência de um poder que necessita se firmar ao que deseja se impor. Pretenderemos, nesta comunicação, apresentar as teses iniciais expostas por Carl Schmitt neste seu primeiro livro, *Da Ditadura*, encontrando nelas a precedência do conceito de Estado de exceção tão debatido em sua obra de 1922.

Doutorando: João Pedro Andrade de Campos

Linha de pesquisa: Ética e Filosofia Política

Orientador: Renato Moscateli

Título do projeto de pesquisa: Horizontes distorcidos: minorias, luta por reconhecimento e o crepúsculo do espaço público

Título da comunicação: Hannah Arendt e Charles Taylor: diálogos sobre reconhecimento e espaço público

Resumo:

O objetivo que visio nessa comunicação é apresentar o escopo do meu projeto de pesquisa no curso de doutorado. De modo geral, irei tratar de temas que, ao meu ver, são convergentes como, por exemplo, o contemporâneo debate acerca do que é comumente denominado de *política do reconhecimento* e sua relação com o espaço público. Os temas já citados, me parece, podem ser entendidos como de caráter central na pesquisa, de tal modo que existem outros temas satélites, por assim dizer. Neste sentido, acredito ser possível relacionar, nesse conjunto que estou descrevendo, a inserção de uma discussão acerca do modo pelo qual as *identidades* são formadas em uma comunidade política e, também, como pessoas excluídas ou na periferia das discussões e dos assuntos políticos/públicos se situam na seara descrita. A discussão proposta será balizada no pensamento, principalmente, de Hannah Arendt e Charles Taylor.

Mestrando: Joaquim Onofre Silva Neto

Linha de pesquisa: Ética e Filosofia Política

Orientador: Adriano Correia Silva

Título do projeto de pesquisa: O abismo na política: crise e liberdade no pensamento político de Hannah Arendt

Título da comunicação: A liberdade indivisível: ruptura e permanência da tradição política dentro da perspectiva arendtiana

Resumo:

Acompanhando os estudos de Hannah Arendt, esse artigo se propõe a analisar a liberdade em seu percurso histórico-filosófico dentro da ocidentalidade, dando destaque para sua presença na antiguidade grega e ao resgate de sentido que a pensadora germânica conservou desse período. Desse modo, julga-se que retomar os conceitos de liberdade, seja no pensamento helênico seja na obra arendtiana, são passos fundamentais para alcançar a proposta principal desse artigo, a saber, indicar uma investigação crítica das propostas bipartidas da liberdade, definindo, portanto, os seus objetivos e recortes teóricos, dando, por assim dizer, a orientação para o propósito investigativo dessa pesquisa. Assim sendo, em um primeiro momento, será revisto, de forma resumida, o modo como a liberdade foi assimilada pelo pensamento helênico, desde suas origens até a sua redefinição romana, tendo como base de sustentação o significado que possuía dentro do vocabulário cotidiano dos gregos e a forma como foi assimilado pelo pensamento filosófico daquela época. Em um segundo momento, os estudos se concentrarão na concepção de liberdade dentro da perspectiva arendtiana, dando destaque para o entendimento de sua relação com o sentido grego de liberdade, identificando pontos de ruptura e de continuidade entre essas duas visões políticas. Por fim, ao cotejar a aceção de liberdade em Arendt com a dos antigos gregos, demonstrando tanto o compartilhamento de uma mesma percepção por parte de ambos, a saber, a ideia da liberdade enquanto expressão da vida pública e das relações políticas, quanto o que cada uma das duas impressões possui de desigual e singular, pretende-se discutir as dicotomias empregadas por Benjamin Constant e Isaiah Berlin ao estabelecerem formas binomiais de liberdade dentro do espaço público, as quais, segundo a avaliação desse artigo, acabam minando o papel essencial que a liberdade exerce enquanto *raison d'être* da política, pois enfraquecem sua função dentro das relações coletivas ao se dar mais destaque para seus aspectos vinculados à parâmetros individuais. Quanto a isso, acredita-se que há um posicionamento contrário à visão dicotômica da liberdade, presente tanto em Arendt quanto nos gregos da antiguidade, capaz de dar uma interpretação para os problemas políticos atuais sem cair em algum tipo de individualismo que, via de regra, apenas descompromete a responsabilidade política compartilhada entre as pessoas de um corpo cívico.

Doutorando: José Reinaldo Felipe Martins Filho

Linha de pesquisa: Metafísica e Teoria do Conhecimento

Orientador: Fábio Ferreira de Almeida

Título do projeto de pesquisa: Da analítica existencial à filosofia da interpelação

Título da comunicação: Dois caminhos para o ser: elementos da crítica steiniana a *Sein und Zeit*

Resumo:

Ao nos apropriarmos da leitura promovida por Edith Stein a respeito do pensamento heideggeriano, devemos ter consciência de que se trata de uma impressão pessoal. Em grande parte o comentário de Stein pode sim ser considerado como uma interessante abordagem de *Sein und Zeit*, inclusive demonstrando o grande esforço compreensivo da autora ao se dedicar à obra. Noutras, porém, devemos supor a difícil – ou, até mesmo impossível – conciliação dos dois caminhos, ainda que aparentemente participem do mesmo objetivo: tocar a questão do sentido do ser. Ao que parece, ambos os esforços – seja de Heidegger ou de Stein – consistem em reacender a chama da ontologia, isto é, reconduzir a questão do ser para o centro da filosofia. Heidegger, com *Sein und Zeit*. Stein com *Endliches und Ewiges Sein: Versuch eines Aufstiegs zum Sinn des Seins*. Talvez as impositões dadas por cada autor já nos títulos possam definir sua conseqüente opção metodológica e direcionamento. Se Heidegger tentou fazê-lo opondo-se radicalmente ao repertório da metafísica desde Platão e Aristóteles e centrando-se na análise do *Dasein* como ponto de partida para a interpretação do sentido de ser em sua articulação com o tempo, Stein optou por dirigir-se ao problema por uma via notadamente distinta. Para a autora, não é desprezando a tradição, mas justamente reconsiderando-a à luz dos novos contributos de seu tempo – neste caso, a fenomenologia husserliana aplicada ao interesse da metafísica escolástica e da filosofia cristã – que se poderá novamente ler o caminho do ser. Em Heidegger isso não foi possível. Logo, referimo-nos a “caminhos de pensamento” muito distintos, argumento que deve ser levado a sério no confronto entre os dois pensadores. Somente a partir disso é possível realmente compreender os eventuais “limites” da crítica steiniana. A vista disso, nossa intenção de aproximar Heidegger e Stein nesta comunicação tem como pano de fundo deixar em suspenso um questionamento sobre a validade dos argumentos da autora, especialmente pensando-os em vista da obra heideggeriana amplamente considerada. A análise de Edith Stein sobre Heidegger, tal como exposto em seu Apêndice, limita-se às impressões colhidas da leitura de *Sein und Zeit* e de outros textos de 1929 – o livro *Kant und das Problem der Metaphysik* (cf. GA 3), e as conferências *Was ist Metaphysik?* e *Vom Wesen des Grundes* (cf. GA 9). A princípio, poderíamos supor tratar-se de afirmações que apenas ganham sentido caso tomemos a antiga divisão proposta por Richardson, em *Through Phenomenology to Thought*, de 1963, entre um “primeiro” e um “segundo” Heidegger – divisão, aliás, que tem sido questionada atualmente. A “tomada de posição” de Stein teria como foco apenas os desdobramentos mais imediatos de *Sein und Zeit*, ante o que nos perguntamos se o próprio Heidegger também não teria chegado a uma impressão, se não equivalente, ao menos próxima, especialmente com relação ao “primado do *Dasein*”. Resta, portanto, a necessidade de confrontar os escritos de Stein com o que é desenvolvido em *Beiträge zur Philosophie* (cf. GA 65), uma obra de 1936, mas que somente foi publicada postumamente, em 1989, em celebração ao centenário de nascimento do autor. Tais suposições nos levam a crer que há um reordenamento interno ao próprio pensamento heideggeriano que Stein não pôde conhecer, devido ao seu trágico destino. Embora nosso argumento nesse momento não se dedique a sanar a questão aqui suscitada, permanecendo muito fiel à abordagem de Stein e apenas reavivando alguns de seus apontamentos críticos, voltaremos a ela oportunamente, ao menos como forma de se despertar um estudo por vir.

Doutoranda: Júlia Sebba Ramalho Moraes

Linha de pesquisa: Metafísica e Teoria do Conhecimento

Orientador: Hans Christian Klotz

Título do projeto de pesquisa: O Conceito de Mente na Filosofia de Hegel

Título da comunicação: Fundamento, Sistema e Circularidade na Filosofia de Hegel

Resumo:

Na presente comunicação, pretendo trabalhar a concepção geral de Hegel acerca de sua noção sistemática de filosofia. Para Hegel, a filosofia só pode ser entendida como sistema e, ademais, o sistema, para ele, é necessariamente o todo em sua articulação orgânica com as partes. No contexto desta noção, surge a questão do que pode fundamentar o sistema, ou, ainda, de como este pode se auto-justificar. Pretendo problematizar esta discussão e mostrar que Hegel não busca sustentar o seu sistema sobre um fundamento único, ou princípio conceitual considerado como a proposição primordial que erige e dá fundamentação para o sistema filosófico. Antes, como procurarei mostrar, Hegel critica este tipo de concepção fundacionalista e sugere que o sistema deve ser entendido em sua circularidade, onde seu início e fim coincidem e onde não há um fundamento inicial. Mostrarei, portanto, como o autor concebe o seu sistema orgânico em sua auto-justificação circular.

Doutorando: Junio Cezar da Rocha Souza

Linha de pesquisa: Ética e Filosofia Política

Orientadora: Helena Esser dos Reis

Título do projeto de pesquisa: Sofrer e fazer sofrer: considerações sobre o sofrimento em Jean-Jacques Rousseau

Título da comunicação: Sentir na pele: corpo e sofrimento em Rousseau

Resumo:

No texto de 1754, *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*, Rousseau, ao discutir o estado natural do homem, não se ocupa do homem a partir de seus desenvolvimentos sucessivos dentro do sistema animal, observando aspectos físicos que determinariam sua feição do início até à compleição que lhe confere distinção entre as demais criaturas. Para tal tarefa, restariam apenas, segundo o filósofo, “conjecturas vagas e quase imaginárias”. Entretanto, apesar da falta de raciocínio sólido e de imprecisão de informações, Rousseau não deixará de tratar de um instrumento, único conhecido pelo homem selvagem: o corpo. O estado natural proporciona uma sensibilidade muito aguçada ao homem, por meio de seu corpo. O corpo-ferramenta dispensa ao homem selvagem a indústria surgida posteriormente, a dos utensílios que diminuirão os exercícios, a força, a agilidade, a disposição. A partir do corpo, o homem selvagem sente sua inferioridade em relação aos animais com os quais empreende, por necessidade, disputas esporádicas. Mas o corpo, outrossim, coloca-o diante dos inimigos mais temíveis contra os quais ele não dispõe das mesmas estratégias de defesa que pode utilizar contra os animais. O corpo coloca o homem diante da infância, da velhice, das enfermidades naturais e de todas as outras sortes. O corpo é a credencial da fraqueza. Para Rousseau, o corpo fala. Explicita a condição do homem, apresenta a forma como o estado natural produzia seus males. É assim que Rousseau tratará o *sofrimento* do homem primitivo, ele não se compara ao *sofrimento* do homem civil, distinção que cabe ressaltar. A infelicidade do homem natural é calculada de outro modo, pois as fontes de males na condição pré-social são muito menores do que os males percebidos na condição civil. A presente comunicação procura discutir a importância do corpo e sua relação com o sofrimento, este como Rousseau o admitia no texto de 1754, produzindo uma reflexão, no Século das Luzes, sobre dor, sofrimento, males e ordem na natureza.

Mestranda: Kellen Aparecida Nascimento Ribeiro

Linha de pesquisa: Ética e Filosofia Política

Orientadora: Helena Esser dos Reis

Título do projeto de pesquisa: Problema do duplo e a vontade geral: um estudo da obra política de Jean-Jacques Rousseau

Título da comunicação: Duplo do homem e a deliberação da vontade geral

Resumo:

Iniciamos nossa discussão a partir dos textos políticos de Rousseau, no que tange o desafio da formação e conservação do estado civil. A fim de investigar tal questão, partiremos da condição do homem natural, onde sua preocupação versava sobre seus próprios interesses e necessidades imediatas; para, diante deste panorama, voltarmos nosso foco aos elementos presentes no estado civil rousseauiano. Nossa contextualização versará sobre a transfiguração do todo perfeito e solitário em um duplo, que torna-se soberano e súdito de si mesmo. O homem civil é responsável pelas deliberações da assembleia, porquanto, pela elaboração da vontade geral; bem como pela obediência às leis do Estado. Nosso elemento norteador é o aspecto rousseauiano de comunidade política que pressupõe, necessariamente, a existência do duplo do homem para que a vontade geral se concretize. Nos ocuparemos da discussão desta ambígua relação, levando em consideração que a cidadania em Rousseau demanda que os indivíduos tenham certa virtude cívica, com o intuito de que tenham condições de encontrar em si mesmos o equilíbrio entre sua vontade pessoal e a vontade que manifesta a partir de si mas em vista do bem comum. Tornando-se desta maneira um bom cidadão, quer dizer, um homem que se entenda como parte integrante da comunidade política, e que esteja disposto a devotar sua vida à conservação da república. Para entender melhor os modos através dos quais o homem civil atua na comunidade, nos preocuparemos ainda em pensar as diferentes maneiras pelas quais Rousseau considerou a formação humana como instrumento de fomento à vivência social na comunidade política.

Mestrando: Laércio Melo Martins

Linha de pesquisa: Ética e Filosofia Política

Orientador: Cristiano Novaes de Rezende

Título do projeto de pesquisa: O processo saúde-doença em Espinosa no *Tratado da Emenda do Intelecto*: elementos para uma ética médica

Título da Comunicação: A união da mente com Deus: o entendimento sobre o bem-estar

Resumo:

Ao tratar sobre o bem-estar do homem, Espinosa no início da obra *Breve Tratado de Deus, do homem e do seu bem estar* afirma que seu escrito dedica-se àqueles que queiram dar-se ao exercício da *ética* e da *verdadeira filosofia* e aos amantes da *verdade* e da *virtude* na busca da compreensão de Deus, dos homens e da promoção do mútuo bem estar: “e para que os enfermos do intelecto sejam curados pelo espírito de doçura e da tolerância, de acordo com o exemplo do *senhor Cristo*, nosso melhor *mestre*”¹. De fato, afirma Nise da Silveira que é inegável que a doutrina do Cristo tenha marcado o pensamento de Espinosa, principalmente na primeira etapa de suas cogitações filosóficas, enquanto também se reconhece “muito amarrada ao Cristo”². Observa-se que o filósofo em suas meditações continua com objetivo da cura do intelecto ao analisar por ora o *bem-estar* do homem. De modo diverso do *TIE*, Espinosa inicia suas reflexões a partir da ideia de Deus e da demonstração da sua existência³. Assim, acerca da onipotência de Deus, o filósofo adverte que “se Deus criou tudo, já não pode criar nada mais, porém, que Ele não possa criar nada mais, contradiz a sua onipotência”⁴. Ora, não é contraditório à onipotência divina não poder criar o que é em si contraditório. Assim, se Deus não pudesse criar tudo o que é criável, isso seria contraditório à sua onipotência, bem como é contraditório afirmar que Ele criou tudo e que possa continuar criando⁵. Como dito, Deus é onipotente, mas após termos entendido que ele decretou algumas coisas pela mera liberdade de sua vontade e, ademais, que é imutável, dizemos agora que nada pode fazer contra seus decretos, e que isso é impossível só pelo fato de que repugna à perfeição de Deus, afirma Espinosa⁶. De acordo com Ana L. S. Stern, a recusa da concepção antropomórfica de Deus é também a recusa de qualquer recurso a uma vontade divina, a liberdade de Deus não é escolha entre possíveis, mas agir necessário e, portanto, a lei da causalidade necessária é tudo o que rege o real⁷. A substância infinita é a plenitude do ser e a afirmação pura⁸. Segundo Espinosa, a definição da causa livre “não consiste em poder fazer ou deixar de fazer algo, mas apenas em que não depende de nenhuma outra coisa; portanto, tudo o quanto Deus faz é feito e produzido por Ele como pela causa mais livre”⁹. Portanto, “a causa mais livre e a que melhor se conforma com Deus é a causa imanente, pois o efeito produzido por essa causa depende dela de tal maneira que sem ela não pode existir nem ser entendido, e também não está submetido a nenhuma outra causa. Ademais, está unido a ela de tal maneira que faz com ela um todo”¹⁰. Tal assertiva é importante para a compreensão da Natureza e das questões pertinentes ao *todo* e às *partes*. Logo, “parte e todo não são entes verdadeiros ou reais, mas somente entes de razão e, por conseguinte, na *Natureza* não existe nem todo nem partes”¹¹. Nesse sentido, a divisão ou passividade sempre tem lugar no modo. A doença, seja ela qual for, na medicina antiga, é considerada o desequilíbrio dos elementos constitutivos da própria natureza.

¹ KV, I, Pref.

² DA SILVEIRA, Nise. **Cartas a Spinoza**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editoras, 1995, p. 35-36.

³ KV, I, cap.I, parágrafo 1 a 10.

⁴ KV, I, cap.II, parágrafo 13.

⁵ KV, I, cap.II, parágrafo 14.

⁶ PPC, Apêndice, II, Cap. IX

⁷ STERN, Ana Luiza Saramago. **A imaginação no poder. Obediência política e servidão em Espinosa**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2016, p. 42.

⁸ VANDEWALLE, Bernard. **Spinoza et la médecine. Éthique et thérapeutique**. Paris: L'Harmattan, 2011, p.10.

⁹ KV, I, cap.IV, parágrafo 8.

¹⁰ KV, II, cap.XXVI parágrafos 7 e 5.

¹¹ KV, I, cap.II, parágrafo 19.

Mestranda: Lais Cristina Rocha de Jesus

Linha de pesquisa: Ética e Filosofia Política

Orientador: Rafael Pereira Rodrigues

Título do projeto de pesquisa: O debate entre liberais e comunitaristas – reflexões acerca do conceito de pessoa e neutralidade do Estado

Título da comunicação: A teoria da justiça como equidade: uma teoria política

Resumo:

Nesta comunicação temos como objetivo identificar se as críticas direcionadas por Michael Sandel ao liberalismo proposto por Rawls se sustentam mesmo após a publicação de *O Liberalismo Político*.

Após a publicação de *Uma Teoria da Justiça* Rawls recebe diversas críticas, dentre elas podemos destacar a ambição universalista de tentar em *Uma Teoria da Justiça* compatibilizar liberalismo e princípios de justiça que fossem aceitos unanimemente entre os cidadãos. A falta de compatibilidade pode ser observada a partir da ideia de que não é razoável considerar que em sociedades liberais contemporâneas se obtenha um consenso, ou seja, em razão da pluralidade e respeito as liberdades individuais existentes nas sociedades liberais democráticas não podemos concluir que todos os cidadãos aceitarão os mesmos princípios de justiça. Em razão disso Rawls em *O Liberalismo Político* defenderá que sua teoria não tem como objetivo aplicar uma doutrina abrangente ou metafísica à estrutura básica da sociedade. Catherine Audard explica que é em função do “vínculo entre autoritarismo e verdade metafísica que Rawls proclama que sua doutrina é apenas política” (RAWLS, 2000, p. 200) e, neste sentido, ele conclui que sua teoria não é mais do que uma concepção sistemática que elucida algumas características mais gerais da tradição democrática ocidental.

Mestrando: Marcelo Henrique Lisbôa da Silva

Linha de pesquisa: Ética e Filosofia Política

Orientador: Renato Moscateli

Título do projeto de pesquisa: A liberdade individual na teoria política de Rousseau

Título da comunicação: Sentidos de liberdade na teoria política de Rousseau

Resumo:

O tema do meu projeto de pesquisa no mestrado é basicamente sobre liberdade individual no pensamento político de Rousseau. Trata-se de uma reflexão à crítica que alguns liberais teceram a Rousseau de este ser inimigo da liberdade, especialmente o Isaiah Berlin, Jacob L. Talmon e Benjamin Constant. Meu objetivo, portanto, consiste em analisar os argumentos desses críticos para ao final saber se de fato Rousseau aniquila a liberdade individual com sua teoria política.

Para tanto, estruturei o trabalho em três capítulos. No primeiro vou falar um pouco sobre a teoria política de Rousseau, uma espécie de visão geral, e logo em seguida vou comentar os sentidos de liberdade no pensamento do filósofo, já que ele o menciona ora no sentido natural, ora no sentido político, em um momento ele fala em liberdade civil, em outro, em liberdade moral e individual, de modo que uma análise mais aprofundada desse conceito se faz necessária a fim de podermos compreender de que maneira ele é utilizado por Rousseau. No segundo capítulo, pretendo investigar os argumentos de Isaiah Berlin, que a princípio afirma que Rousseau acaba com a liberdade individual e, portanto, constitui-se num inimigo da liberdade. Segundo Berlin, o conceito da vontade geral tolhe as liberdades individuais, é absolutamente paradoxal, além de ser metafísico, isto é, do ponto de vista da lógica tradicional, trata-se de um conceito cujo valor de verdade não pode ser medido, uma vez que não é encontrado na realidade. Outro crítico é Benjamin Constant. Ele acusa o sistema político do filósofo genebrino de fornecer um desastroso pretexto a mais um tipo de tirania, visto que a vontade coletiva além de ser arbitrária, ela também impede a liberdade individual. Ele explica que para os modernos, a liberdade individual é uma necessidade que não havia no mundo antigo, e significa, destaca, o “direito de dizer sua opinião, de escolher seu trabalho e exercê-lo; de dispor de sua propriedade e até de abusar dela; de ir e vir, sem necessitar de permissão e sem ter que prestar conta de seus motivos ou de seus passos” (1980, p. 10)¹, isto é, absoluta independência individual. Outro crítico é o Jacob L. Talmon. Este critica Rousseau de que o Estado republicano rousseauiano é totalitário e cheio de contradições. Segundo Talmon, o homem que vive na república proposta por Rousseau tem um conflito entre seus desejos naturais e os desejos artificiais como membro da sociedade civilizada, “sempre oscilando entre inclinações e deveres”, nem inteiramente homem nem inteiramente cidadão, nem bom para si mesmo nem bom para os demais. A solução para esta agonia seria um completo abandono de seus impulsos naturais. Nas palavras dele “seria necessário substituir uma consciência própria por uma consciência social” (1956, p. 42)². Ele acusa Rousseau de criar um homem que desconsidera a si mesmo como ser único. O objetivo de Rousseau seria criar homens que desejam somente a vontade geral, que tivessem um só sentimento e uma mesma conduta, que eles fossem um todo sem contradições, e desse modo livres, mas ele se esqueceu que os homens são seres ímpares e cheios de paixões egoísticas. Por fim, no terceiro capítulo, pretendo analisar duas passagens aparentemente problemáticas. A primeira diz respeito a “forçar a ser livre” aqueles que não quiserem obedecer à vontade geral, e a segunda é sobre a religião civil.

Na presente comunicação pretendo comentar apenas sobre os sentidos de liberdade no contexto do *Contrato Social*.

¹ CONSTANT, Benjamin. **Da liberdade dos antigos comparada a dos modernos**. Editora L&PM, 1980.

² TALMON, Jacob Leib. **Los orígenes de la democracia totalitaria**. México, Aguillar, 1956.

Mestrando: Marcelo Tannus Goulart

Linha de pesquisa: Metafísica e Teoria do Conhecimento

Orientador: Thiago Suman Santoro

Título do projeto de pesquisa: Dissonância musical em Nietzsche e Adorno

Título da comunicação: Música fugitiva: algumas considerações sobre a filosofia da música de Theodor Adorno

Resumo:

A música do período conhecido como tonalismo, que vai do início da era moderna até as últimas décadas do século XIX, é caracterizada pelo antigo predomínio das apaziguadoras sonoridades consonantes, com a novidade de incorporar, como motor da dinâmica musical, as perturbadoras e antes condenadas dissonâncias. Essa necessária alternância entre sonoridades calmas e outras agitadas provoca no ouvinte uma sensação comumente ilustrada pela metáfora de uma casa segura, de onde o sujeito sai por alguns instantes para logo retornar. No texto *Caminhos para a nova música*, Webern recorre a essa tradicional imagem para afirmar, no entanto, que na passagem do século XIX para o XX a música já teria adquirido segurança o suficiente para se arriscar naquele turbulento *fora*, sem a necessidade do retorno à casa. Schoenberg, grande responsável pelo “caos de novas sonoridades” que caracteriza a nova música, igualmente exorta seus alunos a buscar e se aventurar, rejeitando toda tendência à comodidade. Essa antiga oposição expressa na música entre acomodação e inquietude, dentro e fora, repouso e evasão, integração e desterro, é muito presente nos escritos de Adorno, adquirindo, em alguns momentos, drástica radicalidade. Afinal, se “os nazistas se entusiasmavam com a imagem da casa, com seu telhado sobre colunas, enquanto praticavam a tortura no porão”, como ele afirma no texto *Música e nova música*, talvez a ideia de fugir fosse mais desejável que a de retornar para casa. Adorno percebe que sobretudo o desejo de “ordem após a desordem”, que alimenta a passagem da atonalidade livre ao dodecafonismo, ameaça capturar a música nas malhas daquela “integração absoluta que se prepara por toda parte onde os homens são igualados”, e que, no limite, teria levado a Auschwitz. Para o filósofo, no entanto, “por mais frágil que seja a garantia de que exista um outro, a música nunca abdica da promessa de que existe”, o que faz com que ele a caracterize como uma “inimiga do destino”. Mas se o filósofo costuma se lembrar do período da emancipação das dissonâncias como “heroico”, também não deixa de notar que a música às vezes se aproxima daquele tipo de herói *trágico* que, quanto mais foge ao destino, mais vai de encontro a ele: “a angústia emancipou-se (...) mas havendo-se emancipado nada a impede de entregar-se ao mais forte”. Afinal, nem os artistas mais conscientes estariam imunes às tendências mais regressivas da sociedade. Adorno chega a criticar o “abuso” cometido por Schoenberg ao afirmar que as viagens espaciais foram “profetizadas” pelo poema *Entrückung*, de Stefan Georg, usado no quarto movimento de seu *Segundo quarteto de cordas*, e cujo verso “eu sinto o ar de outro planeta” é célebre por sinalizar o início do período atonal, pois, com tal declaração, Schoenberg teria confundido “o êxtase expresso pelo poema com as experiências bem mais modestas de astronautas guiados no espaço. Nada poderia ser mais *down to earth* do que a grandiosa, porém mensurável, distância deles”. Mas como escapar do trágico destino de toda manifestação humana, se mesmo as mais distantes viagens no espaço estariam presas à razão calculadora? Segundo Adorno, Schoenberg teria feito jus àquele verso de Georg quando, após a “dessensibilização do material” ocasionado pelo “cálculo da série”, conseguiu “romper a barreira da matéria natural em que até agora estava confinada a história da música”, e, tendo se subtraído ao “fascínio da dialética do material”, conseguiu “[reconquistar], para os homens, através da arte, a liberdade”.

Referências:

ADORNO, Theodor W. **Dialética negativa**. Tradução de Marco Antônio Casanova. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

_____. **Filosofia da nova música**. Tradução de Magda França. São Paulo: Perspectiva, 2007.

_____. **Quasi una fantasia**. Tradução de Eduardo Socha. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

ALMEIDA, Jorge. **Crítica dialética em Theodor Adorno: música e verdade nos anos vinte**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2007.

Mestrando: Marcos Bruno Silva

Linha de pesquisa: Metafísica e Teoria do Conhecimento

Orientador: Fábio Ferreira de Almeida

Título do projeto de pesquisa: O estatuto da Psicologia na obra de Georges Canguilhem

Título da comunicação: Georges Canguilhem: a epistemologia histórica das ciências da vida

Resumo:

O presente trabalho objetiva apresentar os resultados dos dois primeiros capítulos da dissertação. A trajetória da Epistemologia, sua ambiguidade, que ora a coloca como uma teoria do conhecimento, ora como uma filosofia das ciências, suas crises e a sua transformação em uma história epistemológica, pelo menos na França. A Epistemologia desenvolvida na França, a partir de Bachelard, Cavaillés, Koyré e Canguilhem é uma nova maneira de abordar a cientificidade, que até então era a mera confirmação dos dados colhidos na experiência com o senso comum pelo cientista e confirmados por procedimentos científicos, a fim de garantir sua validação ou por uma expressão do resultado de processos cognitivos *absolutos* que descobrem fatos. Já a epistemologia histórica possui outra perspectiva: a ciência possui uma dimensão histórica. Mais que simplesmente confirmar fenômenos via experimento ou cognições, a Epistemologia histórica busca a compreensão da ciência, em si mesma, em seu devir, por meio da formação de seus conceitos. A ciência é então, segundo essa nova epistemologia, um processo histórico de formação dos conceitos que tenta interpretar os fenômenos e dar a eles o seu sentido preciso. Canguilhem é um dos autores mais representativos dessa perspectiva. A temática, o objeto a que dedica suas reflexões é conhecido como a região da vida. Não se trata de uma filosofia da vida, embora uma reflexão sobre o viver não esteja ausente, mas sim de um interrogar das ciências da vida e a sua especificidade, pois a vida não é uma categoria universal, dado, a priori, como uma entidade puramente lógica ou matemática, pelo contrário, é dependente das experiências estabelecidas pelo vivente com o meio. Acompanhar essa relação do vivo com a sua vivência em um ou vários meios é tarefa das ciências da vida, na tentativa de compreender a originalidade do fato vital. Com a apresentação dessa trajetória epistemológica esperamos apresentar e submeter ao debate estes resultados que certamente será um dos objetivos a ser alcançado na dissertação, qual seja: a feição singular que a epistemologia assume na obra de Georges Canguilhem.

Doutoranda: Mariana Andrade Santos

Linha de pesquisa: Estética e Filosofia da arte

Orientadora: Carla Milani Damião

Título do projeto de pesquisa: O caleidoscópio estilhaçado: memória, história e esquecimento em Walter Benjamin

Título da comunicação: De Carcará a Bacurau: imagem, memória e história

Resumo:

As teses *Sobre o conceito de história* foram concebidas na urgência de tentar entender o que havia impossibilitado a resistência ao evento que assolaria para sempre a memória da história da humanidade. No cenário político europeu às vésperas da eclosão da Segunda Guerra Mundial, Walter Benjamin, na condição de alemão judeu de esquerda, vê-se diante de uma catástrofe iminente. É nesse contexto, durante sua malograda rota de fuga para escapar do regime nazista, no qual o filósofo escreve aquele que seria o seu último texto. As teses são fortemente marcadas pela postura crítica de Benjamin com relação à ideologia do progresso, isto é, à crença em um processo automático e contínuo da humanidade. A crítica benjaminiana tem como alvo a concepção de tempo que subjaz à essa crença no progresso da humanidade: uma temporalidade linear, homogênea e vazia, que geraria um passado desvinculado do presente e uma história como um mero acúmulo e sucessão de fatos. Contra essa concepção, Benjamin elabora outro modo de pensar o tempo da história. O tempo histórico é descrito pelo filósofo como uma temporalidade carregada de “tempo-de-agora” [*Jetztzeit*]: momento do relampejar de uma imagem do passado, capaz de imobilizar o tempo presente e abrir espaço para a conquista de uma outra, diferente e nova, experiência com o passado. Esse momento é marcado pela interrupção e pela suspensão, uma cesura no tempo e na linearidade histórica e narrativa, que permite o passado irromper no presente, provocando um duplo rasgo: ao mesmo tempo que modifica e cria uma outra imagem do passado estabelece, também, uma abertura no presente capaz transformá-lo. Desse modo, o trabalho de rememoração do historiador deve ser capaz de criar um tecido temporal por meio do qual o passado pode insurgir no presente, intrincando a linearidade temporal e a lógica da dominação. Para o filósofo, essa temporalidade entrecruzada caracteriza a experiência histórica e a possibilidade da ação política. Articular o passado historicamente significa, em Benjamin, apropriar-se de uma memória nos momentos em que ela lampeja diante do perigo. E o perigo constante ao qual estamos expostos é o da apropriação do passado para a perpetuação da dominação histórica. A atualidade do pensamento de Benjamin, exposto em *Sobre o conceito de história*, pode ser pensada no contexto histórico de nosso presente: um presente parece-nos, mais uma vez, perplexo diante das possibilidades de um horizonte autoritário emergente. Diante de um cenário atual, tanto mundial quanto brasileiro, em que despontam, com cada vez mais força, discursos e posturas políticas autoritárias e no qual a proliferação de revisionismos e negacionismos históricos têm fortalecido estes posicionamentos, parece-nos justificada a necessidade de uma reflexão filosófica voltada para o questionamento do modo como o nosso passado histórico é elaborado pelo presente. Nesse sentido, o presente ensaio propõe uma investigação à brasileira sobre a atualidade das teses benjaminianas através de reflexões imagéticas suscitadas pelo filme *Bacurau* (2019) dos diretores Juliano Dornelles e Kleber Mendonça Filho. Gostaríamos de trazer à tona, a partir de um horizonte interseccional entre a filosofia e o cinema, as múltiplas constelações entre imagem, memória e história e explorar a potência política da temporalidade histórica reivindicada por Walter Benjamin na contraluz dessa recente produção cinematográfica brasileira.

Doutorando: Moisés Rodrigues da Silva

Linha de pesquisa: Ética e Filosofia Política

Orientadora: Prof. Dr. Helena Esser dos Reis

Título do projeto de pesquisa: A relação entre o estático e o dinâmico na interdependência entre moral e política em Rousseau

Título da comunicação: A insensibilidade à consciência e à vontade geral e a desordem moral e política

Resumo:

Nossa comunicação pretende levantar questões e reflexões acerca da insensibilidade do homem e do povo para ouvirem seus próprios “guias interiores”. Das três vozes guias que, por assim dizer, dão a direção aos homens em três dimensões diferentes, a saber: o instinto para o homem primitivo, a consciência para o homem moral, e a vontade geral para o homem civil, parece-nos que apenas a primeira – circunscrita no quadro ordenado do estado puro de natureza – é ouvida sem muito esforço. No que concerne às outras duas, a leitura crítica de Rousseau demonstra muito mais a insensibilidade dos sujeitos do que sua obediência, o que denuncia sobremaneira o caráter desviante, contraproducente e incoerente do homem e da sociedade ao se distanciarem do que sua consciência e sua vontade geral podem sugerir ou determinar.

Mestranda: Patrícia Sheyla Bagot de Almeida

Linha de pesquisa: Ética e Filosofia Política

Orientadora: Adriana Delbó Lopes

Título do projeto de pesquisa: Teoria política feminista: entre a contribuição nietzschiana e a problematização conceitual da igualdade como direito universal

Título da comunicação: A perspectiva de Nietzsche acerca do problema da igualdade no desenvolvimento da democracia moderna

Resumo:

Objetivamos neste trabalho analisar a concepção de Nietzsche sobre o conceito de igualdade que muito serviu para a constituição da noção de democracia moderna. Falar de tal igualdade requer que reunamos os conceitos basilares da obra de Nietzsche para a tecitura desse conceito, a saber, moral, identidade, comunidade entre outros. Desta forma, destacaremos a igualdade como pressuposta da forja política do Estado moderno para, em seguida, colocar em evidência o pensamento de Nietzsche e, posteriormente, a teoria política feminista que potencializou as possibilidades de críticas e questionamentos no que respeita ao tema da igualdade. Dito de outro modo, realizaremos a análise comparativa das duas teorias pelo viés da contestação política que ambos os pensamentos realizam. O que Nietzsche fornece em suas análises no que tangem ao político, entre outras filosofias, o feminismo implode, demonstrando que a igualdade e a emancipação libertária fora, para mulheres uma quimera, um direito que não passou da reafirmação das relações de poder e de subjugação da mulher, assim como de outros grupos 'minoritários' cuja recusa da vivência dos direitos políticos foi total. Diante do exposto, buscaremos examinar como Nietzsche e a teoria política feminista interpretam a igualdade e seus desdobramentos conceituais na apresentação do projeto de pesquisa em andamento.

Doutorando: Paulo Henrique Silva Costa

Linha de pesquisa: Lógica e Filosofia da Linguagem

Orientador: André da Silva Porto

Título do projeto de pesquisa: Interlocução e Analogias Enganadoras no *The Big Typescript* e no *Livro Azul* de Wittgenstein

Título da comunicação: Da concepção de uma linguagem que opera no vácuo à concepção de uma linguagem que descreve situações interlocutórias

Resumo:

O período chamado de “período final de Wittgenstein” é amplamente conhecido pela virada pragmática do filósofo. Nele, Wittgenstein se comprometeria com o emprego da linguagem e com suas respectivas situações de uso, ao contrário da ideia de gramática, sistemas de regras e cálculo – a qual chamaremos de uma concepção de linguagem que opera no vácuo – que caracterizaram seu período intermediário. Tendo isto em vista, iremos propor nesta comunicação que a virada pragmática tem suas raízes em 1932-1933, no *The Big Typescript* (BT), amparadas em um certo aspecto do conceito de “jogos de linguagem”: a interlocução. Para isso, mostraremos como este conceito era pontualmente usado no *The Big Typescript* (BT) e, a partir disso, mostraremos como ele assume, no *Livro Azul* (BB), uma posição de destaque dentro de uma concepção de linguagem que descreve situações interlocutórias.

Doutorando: Paulo Júnio de Oliveira

Linha de pesquisa: Lógica e Filosofia da Linguagem

Orientador: André da Silva Porto

Título de Projeto de Pesquisa: A natureza do *continuum* na filosofia da matemática de Brouwer

Título de comunicação: Sobre o problema da determinação e indeterminação das sequências matemáticas na filosofia de Brouwer

Resumo

Dentro da filosofia de Luitzen Egbertus Jan Brouwer, matemático intuicionista e filósofo holandês, há uma profunda discussão sobre a natureza das sequências matemáticas. A posição de Brouwer é muito peculiar em relação a este tema e pretendemos explorá-la brevemente nesta comunicação. Para o matemático holandês, o fato de uma sequência matemática ser determinada ou não, irá sempre ser decidido por um contexto de *escolha* – no qual necessariamente envolverá algum agente calculador. Desse modo, não faria sentido falar de uma sequência matemática já determinada ou não *in abstracto*. Isto é, *não faria sentido falar de uma sequência matemática inerentemente determinada ou não* [em si mesma]. Vejamos algumas razões para essa afirmação: uma sequência matemática é considerada determinada, segundo algumas posições filosóficas-realistas, se há alguma regra que dita os próximos elementos. Uma das questões problemáticas dessa afirmação é o quantificador existencial presente na proposição "se há alguma regra que dita os próximos elementos". Ora, para o filósofo holandês, uma regra é *inerentemente* dependente do contexto de *escolha* de um agente calculador, pois uma regra matemática está sempre relacionada com uma atividade que seja uma construção *cognitiva*. Por exemplo, uma sequência como "1, 2, 3..." é considerada uma sequência que seja [já] determinada, a princípio, pela regra "+1"? Para Brouwer, não. Pois, apenas o contexto que envolve necessariamente um agente calculador, o qual realiza construções *cognitivas*, é capaz de dizer se naquele contexto aquela regra aplicada seja "+1" e não algo como "use '+1' até o número 10 e depois siga com '+ 2'". Assim, como veremos, a ideia de sequências matemáticas que sejam *inerentemente* determinadas, via alguma regra e/ou método, não é inteligível e, portanto, não faz sentido. Desse modo, a posição mais plausível, para o filósofo e matemático holandês, é a compreensão de que tanto a *construção* das sequências matemáticas quanto a *regra* que a determina é decidida sempre dentro do contexto de escolha de um agente calculador. O papel do "agente calculador" aqui é muito importante. Um agente calculador tem um sentido *próprio* na filosofia intuicionista brouweriana. Essa expressão não se refere a tudo que ordinariamente chamamos de "agente calculador". Por exemplo, como veremos, um computador, para Brouwer, não poderia ser considerado um agente calculador. Pois, é indispensável para a defesa do intuicionismo do matemático holandês para sua noção de "sequências matemáticas" que agente calculador seja entendido como *consciência*. Isto é, para ele, a determinação de uma sequência matemática como sendo de natureza x ou y irá depender de um tipo *específico* de escolha. Não se trata de uma escolha em um sentido análogo ao "acaso" ou a pura "aleatoriedade", mas, sim, se trata da escolha no sentido de uma "decisão *intencional* feita por um sujeito". Nesse sentido, para Brouwer, agente calculador é sempre um sujeito, pois o elemento da escolha de qual seja a natureza determinada ou não de uma sequência matemática tem como nota definitiva essencial o elemento da *intencionalidade*. Assim, no contexto da filosofia de Brouwer, veremos que uma conclusão razoável desta comunicação é que uma discussão de filosofia da matemática sobre a natureza de sequências matemáticas sempre envolverá questões de filosofia da mente no que tange, por exemplo, ao problema da intencionalidade.

Doutorando: Pedro Lucas Dulci

Linha de pesquisa: Ética e Filosofia Política

Orientadora: Adriana Delbó Lopes

Título do projeto de pesquisa: A filosofia que vem: o messianismo paulino no pensamento de Giorgio Agamben

Título da comunicação: Por que o poder precisa de louvor? A relação entre teologia cristã, política e mídia na filosofia de Giorgio Agamben

Resumo:

Em seu livro *Il regno e la gloria* (2007), o filósofo italiano Giorgio Agamben nos conduz por uma genealogia teológica da economia e do governo. Ao final de toda essa trajetória, ele nos coloca no centro de toda essa discussão formulando, com precisão filosófica, uma das questões filosóficas mais importantes para a política contemporânea: “qual é a relação que liga tão intimamente o poder à glória?”. Essa questão, que foi esquivada, inclusive, por estudiosos que se ocuparam com os aspectos cerimoniais do poder, como Ernst Kantorowicz e Andreas Alföldi, é sinônimo de ser perguntar o por quê de operações governamentais tão características, podem ser sintetizados pelo sintagma do esplendor ou da glória da *res publica*. A conexão entre mecanismos de controle, disciplina e policiamento com beleza, glória e esplendor, para Agamben, ainda não foi devidamente investigada, até que se responda a pergunta: “se o poder é essencialmente força e ação eficaz, por que necessita receber aclamações rituais e cantos de louvor, vestir coroas e tiaras incômodas, submeter-se a um impraticável cerimonial e a um protocolo imutável?”. A resposta para tal pergunta, na filosofia de Agamben, é justamente um elo que mantém conectados conceitos de raízes teológicas e práticas de glorificação política através da formação e manipulação da opinião política através das mídias. Em tempos de espetacularização da política e da religião, as contribuições de Agamben são incontornáveis para todos aqueles que buscam compreender o que está no núcleo da articulação entre mídia, religião e política.

Doutoranda: Priscilla da Veiga Borges

Linha de pesquisa: Lógica e Filosofia da Linguagem

Orientador: André da Silva Porto

Título do projeto de pesquisa: Idealismo em Wittgenstein: um estudo sobre o Idealismo Semântico no argumento da Linguagem Privada

Título da comunicação: Usos da Palavra “eu”: alguns desdobramentos

Resumo:

Wittgenstein, nos cursos anotados por Moore (1930-33) e no *Livro Azul* (1933-1934), indica dois usos possíveis da palavra “eu”, um uso objetivo e outro subjetivo. Segundo Wittgenstein no *Livro Azul*, a característica do uso objetivo envolve o reconhecimento de uma pessoa em particular e a possibilidade de erro em tal identificação (WITTGENSTEIN, 1965, p.67). Já o uso subjetivo na frase “Eu tenho dores” não constitui uma afirmação sobre uma pessoa em particular e nenhum erro é possível quanto a identificação da pessoa (WITTGENSTEIN, 1965, p. 67). Essa distinção dos usos da palavra “eu” em Wittgenstein ganhou vida própria na literatura secundária, em específico, nos debates em torno da distinção técnica conhecida como *immunity to error through misidentification* (IEM). Na presente comunicação, vamos apresentar os desdobramentos na literatura secundária da distinção, traçada por Wittgenstein, quanto aos usos da palavra “eu”, buscando compreender se essa recepção está de acordo com a sua filosofia tardia envolvendo temas da subjetividade.

Doutorando: Ramon T. Piretti Brandão

Linha de pesquisa: Ética e Filosofia Política

Orientadora: Adriana Delbó Lopes

Título do projeto de pesquisa: Subjetividades e Insurreições: da estetização da vida como atitude de liberdade

Título da comunicação: Ética, verdade e resistência: sobre o exercício da intelectualidade como ação possível

Resumo:

A ideia de verdade no pensamento de Foucault requer, para que possa ser compreendida, uma tensão de natureza ética; verdade cuja condição de possibilidade é ética, mais do que lógica. Nesses termos, a *coragem da verdade* nasce como algo que sustenta a ação política e o *dizer a atualidade*, em última instância, é o mesmo que realizar um diagnóstico do presente. A filosofia se coloca, nesses termos, ao mesmo tempo como política e histórica. Mais do que resolver problemas, o pensamento tem como objetivo *colocar problemas*, evidenciar os problemas em sua complexidade de modo a inibir qualquer um que tente falar *pelos* outros e *antes* dos outros. Nesse sentido, fica evidente a existência de certa *politização* da existência que não mais se vincula à referência ideológica, passando a ser conduzida por meio do contato do sujeito com o acontecimento e com as suas próprias escolhas de existência. Sob esta ótica, a filosofia é capaz de desenvolver uma reflexão que se funda, cuja gênese está localizada na chamada *estética da existência*, isto é, ética que se realiza no estudo “das formas pelas quais o homem se inventa, se esquece, ou se nega na sua fatalidade de ser vivo e mortal”; relação que lhe atribui uma dimensão política, de modo que pensar o presente é a tarefa mesma da estética da existência. O papel da filosofia, neste contexto, não é a de buscar verdades permanentes ou de caráter totalizante, mas, antes, visa tornar visível aquilo que é tão próximo, tão presente, tão imediato, tão ligado a nós mesmos que, exatamente por essa razão, não o percebemos. Em outras palavras, trata-se de *tornar visível o que nós vemos*. O tipo de intelectual defendido por Foucault não se refere, assim como a ideia de verdade, à um modelo universal. Antes, diz respeito a uma forma de ação específica – que se dá através do exercício da intelectualidade. Nesse sentido, o intelectual não é alguém cuja potência possui prerrogativas totalizantes, mas, antes, trata-se de um *intelectual específico* que, através da forma de seu pensamento, é capaz de apresentar-se ao mundo como figura concreta de resistência a determinadas formas de ordem do discurso, afirmando uma configuração também específica e de natureza outra para o regime de verdade hegemônico. Através desse posicionamento crítico, o intelectual deve buscar repensar a natureza da crítica política, conduzindo certa análise do poder cujo objeto é sua hipótese repressiva. Deste modo, a crítica se torna indispensável para qualquer transformação, uma vez que é fundamental no contexto onde as estruturas são abaladas, questionadas e repensadas, promovendo, assim, novas maneiras de pensar e compreender a existência. Consideramos, portanto, que para funcionar, os mecanismos de poder contemporâneos necessitam de uma extensa rede de saber. Neste sentido, é essencial que a resistência operada pela da intelectualidade se faça por meio das mesmas disciplinas através das quais os saberes se manifestam, se fazem *verdade*. Segundo Foucault, é importante que os intelectuais saibam se ligar estrategicamente às redes de saber e poder, já que podem difundir saberes que, até o momento, permaneceram circunscritos apenas a um reduzido número de pessoas. Difundindo tais saberes, tornará possível um deslocamento do controle das *funções* do poder: “que se seja advogado ou psiquiatra, todos podem resistir à utilização do poder ligado estreitamente ao saber e contribuir para impedir de o exercer”.

Doutorando: Renan Eduardo Stoll

Linha de pesquisa: Metafísica e Teoria do Conhecimento

Aluno visitante na UFG via PROCAD

Orientador: Raphael Zillig (UFRGS)

Título do projeto de pesquisa: *Metaphysica generalis* e *metaphysica specialis* em Aristóteles

Título da comunicação: Considerações sobre um princípio comum às substâncias imóveis e sensíveis e sua possível relação com a ciência buscada na *Metafísica* de Aristóteles

Resumo:

O tratado de Aristóteles que hoje conhecemos como *Metafísica* parece lidar com duas compreensões aparentemente incompatíveis de ciência buscada. De um lado, a ciência buscada é definida como ciência que estuda o ser enquanto ser, de modo que tal definição caracteriza uma ontologia; de outro lado, a ciência buscada é chamada de filosofia primeira (e também de teologia) e definida como ciência que estuda um tipo particular de seres, a saber, aqueles seres que são imóveis e separados. As duas definições parecem perpassar o tratado inteiro da *Metafísica*, porém, é possível encontrá-las juntas no primeiro capítulo do livro E (VI), o que sugere que, para Aristóteles, não haveria uma incompatibilidade entre essas definições. Ao final de E1 (1026a24-32), Aristóteles levanta a questão sobre a filosofia primeira ser universal ou lidar com um gênero determinado de seres e responde que, se houver uma substância imóvel, a ciência que trata dessa substância será anterior e será filosofia primeira, e universal porque primeira, e caberá a tal ciência considerar o ser enquanto ser. Creio que uma passagem importante para compreendermos esse trecho final de E1 pode ser encontrada no livro Λ (XII) da *Metafísica*. Em Λ1 (1069a30-b2), Aristóteles afirma que há três tipos de substância: a substância sensível (que é subdivida em substância sensível eterna e em substância sensível perecível) e a substância imóvel, de modo que os dois primeiros tipos de substância – a sensível eterna e a sensível perecível – são objeto de estudo da física, enquanto o terceiro tipo – a substância imóvel – é objeto de estudo de outra ciência. A separabilidade dessas ciências é, contudo, condicionada à não existência de um princípio comum à substância imóvel e às substâncias sensíveis. Neste trabalho, pretendo investigar algumas das implicações desse condicional e sugerir que ele pode lançar luz à passagem final de *Metafísica* E1 (1026a24-32), especialmente no trecho em que Aristóteles diz que pertencerá à ciência que trata da substância imóvel considerar o ser enquanto ser. Minha sugestão é a de que Aristóteles tem em mente a concepção de uma única ciência que trata tanto das substâncias sensíveis (quando tomadas enquanto seres) quanto das substâncias imóveis. Para explorar a relação que se dá entre as substâncias sensíveis e as imóveis, de modo a assegurar que ambas caiam sob o domínio de uma única ciência, pretendo considerar as hipóteses desenvolvidas por Frede (1987) e Patzig (1960), que tentaram mostrar que a relação entre as substâncias sensíveis e as substâncias imóveis se dá através da estrutura metafísica *pros hen*.

Mestrando: Renato César Rodrigues

Linha de pesquisa: Ética e Filosofia Política

Orientador: Hans Christian Klotz

Título do projeto de pesquisa: O conceito e a alienação do trabalho nos Manuscritos Econômico-Filosóficos de Marx

Título da comunicação: A Inglaterra Industrial sob as óticas de Engels e Tocqueville: consonância com a divisão e alienação trabalho nos *Manuscritos parisienses* de Marx

Resumo:

Alexis de Tocqueville (1805-1859), Friedrich Engels (1820-1895) e Karl Marx (1818-1883) acusaram o perverso desenvolvimento industrial que flagelou a classe dos trabalhadores de do século XIX. O presente trabalho pretende expor as percepções de Engels e Tocqueville, que observaram *in loco* a situação abissal que os trabalhadores ingleses estavam submetidos, e a consonância com a investigação de Marx a respeito do conceito, divisão e alienação do trabalho, em seus *Manuscritos* de 1844. As observações de Engels foi relatada na obra *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (onde residiu entre 1842 a 43) as de Tocqueville na obra *Viagens à Inglaterra e à Irlanda* (que o francês visitou em 1833 e 35) e trouxeram uma “confrontação direta com a miséria de massa” do “sistema mais grosseiro e mais bárbaro que jamais existira”. Nos *Manuscritos parisienses*, Marx entende o trabalho como a atividade vital humana, capaz de transformar a natureza e o gênero humano. O modo de produção capitalista aparta o trabalhador do objeto, dos meios de produção e de sua própria essência humana, onde o homem não se efetiva nem se realiza. Engels compartilha o entendimento de Marx e compreende o trabalho como “atividade humana livre”, a “fonte da riqueza” que, no capitalismo industrial, cinde o homem de sua humanidade, afasta o homem do interesse comunitário e fomenta a “desconfiança recíproca”, conforme expõe no *Esboço de uma Crítica da Economia Política* (1844). Tocqueville, sobretudo no segundo tomo de *Democracia na América* (1835) observa que a divisão do trabalho no regime industrial, especializado e repetitivo, embrutece o trabalhador. O progresso industrial aprimora-se sustentado pelo retrocesso do homem, ele afirma. O pensador francês entende o trabalho como condição inseparável, natural e necessária da humanidade. Mas na divisão do trabalho capitalista “à medida que o homem se degrada, o operário se aperfeiçoa, torna-se cada vez mais hábil e menos industrioso”. Os relatos de Engels e Tocqueville da situação dos trabalhadores na Inglaterra são coincidentes e pavorosos. O pensador francês constatou que a grande maioria dos trabalhadores ingleses vivem em porões úmidos, demasiados quentes, fétidos e insalubres. Nos bairros operários, “labirintos infectos”, “receptáculo do vício e da miséria”, amontoam-se homens que trabalham jornadas de até setenta horas semanais. Em sua análise, percebe que “a civilização produz suas maravilhas e que o homem civilizado volta a ser quase selvagem”. O relato de Engels, publicado uma década depois, também aponta que a situação dos trabalhadores é monstruosa: as casas são tomadas por um miasma nauseabundo, vários homens dormem no chão e a grande maioria não tem sequer uma muda de roupa. Não há rede de esgoto, as ruas são tomadas por detritos orgânicos, furto e prostituição são comuns e a fome é a regra. Este nítido paradoxo, a opulência de poucos e a pobreza de muitos é a crítica de Marx ao trabalho alienado, que “produz palácios, mas cavernas para o trabalhador”. A exploração pela burguesia industrial e a alienação do trabalho e do gênero humano dos trabalhadores, são elementos comuns, segundo nossa hipótese, da denúncia destes três pensadores do século XIX.

Doutoranda: Sabrina Paradizzo Senna

Linha de pesquisa: Metafísica e Teoria do Conhecimento

Orientadora: Márcia Zebina Araújo da Silva

Título do projeto de pesquisa: Construção de Identidade na Sociedade Civil de Hegel

Título da comunicação: O conceito de trabalho em Hegel

Resumo:

Essa tese pretende analisar o conceito de trabalho em Hegel iniciando na *Fenomenologia do Espírito*, demonstrando o trabalho como um meio de libertação. Passamos a *Filosofia do Direito*, onde esse trabalho se torna um segundo nascimento, um momento ético para o homem na sociedade civil, na medida em que permite o homem uma interação, o início de uma universalidade e a efetiva participação política do cidadão no Estado. Os trabalhadores divididos em corporações começam a lutar por uma ideia de coletividade e não mais de individualidade, não há mais o indivíduo lutando pelos seus direitos, mas ele começa a pensar numa ideia de classe, a lutar por um coletivo, pela sua corporação. Essa universalidade ainda é abstrata porque não pensa em todos os indivíduos, não tem como foco todos os trabalhadores, mas apenas o seu coletivo específico. Ainda assim, a sociedade civil que se funda na ideia de união de famílias que usam uns aos outros para satisfazer suas necessidades egoístas, acaba se mostrando também como um momento que começa a unir e gerar um pensamento de totalidade. A ideia é pensar no trabalho como formador de identidade, como parte fundamental e constituinte do homem cidadão.

Apesar de sabermos que a efetividade e a completude se fazem presente somente no Estado, a ideia deste trabalho é trazer à tona a importância e relevância que a Sociedade Civil tem nesse processo, e que, apesar de ser uma etapa anterior, ela não é menos importante, afinal, todo pensamento de Hegel é um *Aufhebung*, no qual a etapa mais elevada acaba por estar intimamente ligada as etapas anteriores.

Apesar de ter essa visão positiva do trabalho, no qual ele serve como libertação, momento de união e início de totalidade, mostraremos que ele possui um outro viés, um lado de alienação, onde teremos como um dos principais críticos Karl Marx. Marx acreditava numa ideia de trabalho enquanto humanizador do homem, sendo o único ser vivo que realiza trabalho, mas, que no entanto, no modo de vida capitalista burguês o trabalho é o alienador dos homens que, segundo o filósofo, não precisam de uma classe burguesa dominante ou de um Estado.

Doutorando: Sebastião Alonso Júnior

Linha de Pesquisa: Lógica e Filosofia da Linguagem

Orientador: André da Silva Porto

Título do projeto de pesquisa: Compreensão, significação e regras na filosofia madura de Wittgenstein

Título da comunicação: A ideia de “significado” (*Bedeutung*) na segunda filosofia de Wittgenstein

Resumo:

A proposta é discutir a concepção de “significação” que Ludwig Wittgenstein subscreve na fase final de sua filosofia. A fundamentação dos argumentos será feita, em grande parte, a partir das *Investigações Filosóficas*, sua principal obra. Nela o autor apresenta argumentos contrários à visão referencialista tradicional de linguagem e propõe uma sofisticada teoria da significação, na qual as articulações internas com as noções de “compreensão” e “usos” são cruciais para o êxito das relações interlocutórias. Para a caracterização da questão pretende-se analisar a viabilidade de aplicar um padrão referencialista de significação, como aquele que subscreve Agostinho, em uma linguagem de natureza privada e que trate das ocorrências internas dos falantes. A partir dessa contextualização, a proposta é investigar o papel que o conceito de significação desempenha na segunda filosofia de Wittgenstein, bem como suas articulações com as ideias de “compreensão” e “usos” da linguagem. Por certo, a inovadora concepção que o filósofo desenvolve revela uma intrincada conexão entre o discurso significativo e os usos que a comunidade linguística faz da linguagem.

Doutoranda: Thayla Magally Gevehr

Linha de pesquisa: Metafísica e Teoria do Conhecimento

Orientadora: Martina Korelc

Título do projeto de pesquisa: Quem é o *Dasein*?: uma análise da si mesmidade como caminho para a resposta acerca do “quem”

Título da Comunicação: O problema da subjetividade em Heidegger

Resumo:

A crítica de Martin Heidegger ao “eu” ou a “subjetividade”, em *Ser e Tempo*, de 1927, pode ser resumida do seguinte modo: ao tomar o “eu” ou o “sujeito” como ponto de partida, os filósofos da subjetividade não perguntaram pelo modo de ser da instância de princípio no qual alicerçaram seus projetos; além disso, por recusarem, sem justificativa, toda coisidade como característica pertinente a essa instância, acabaram por mantê-la no horizonte do ente, sem destacar a diferença entre ser e ente; nesse caso, negar a coisidade não seria já o afirmar da diferença.

A presente crítica foi avaliada de muitos modos por filósofos e comentadores de Heidegger. Há os que consideram que a análise do ser do *Dasein*, empreendida na obra de 27, liberaria o âmbito que tornaria possível a interpretação adequada do eu e há os que consideram que essa mesma análise seria apenas uma repetição das filosofias da subjetividade. Diante disso, nosso objetivo será o de apresentar as duas posições interpretativas aqui mencionadas. A primeira levará em conta a leitura realizada por Paul Ricoeur, que destaca a necessidade de interpretar a questão pelo sentido de ser, ponto de partida da análise de Heidegger, em relação ao *Dasein*, como caminho para pensar o lugar do eu. A segunda, por sua vez, levará em conta as leituras realizadas por Piotr Hoffman e Jean-Luc Marion, que mostram em que medida o projeto heideggeriano se orienta pelos mesmos momentos ontológicos pertinentes a constituição do sujeito, defendendo, assim, que a posição do *Dasein* seria similar a do eu ou, então, que a constituição do ente que somos seria uma repetição do modelo orientador das filosofias do sujeito.

Doutorando: Vinícius Rodrigues Maione

Linha de pesquisa: Lógica e Filosofia da Linguagem

Orientadora: Araceli Rosich Soraes Velloso

Título do projeto de pesquisa: Anti-psicologismo e a concepção de objetividade presente no parágrafo 26 do *Fundamentos da Aritmética* de Gottlob Frege

Título da comunicação: O contexto teórico do *Fundamentos da Aritmética* de Gottlob Frege

Resumo:

O objetivo de nossa apresentação será o de mostrar o contexto ao qual Frege responde em seu *Fundamentos da Aritmética*. Julgamos que nesse livro Frege empreende uma discussão acerca de sua noção de objetividade, que além de uma proposta positiva exposta através de sua famosa definição de número, ocorre de forma negativa através das críticas realizadas a outras concepções, que a nosso ver são três: o formalismo puro, o psicologismo empirista e o psicologismo idealista. O formalismo puro é uma proposta segundo a qual os símbolos matemáticos não designam nada independente deles próprios, o que faz dela uma proposta de dispensa de fundamentação da matemática. A nós nos parece que para os defensores dessa corrente não há nenhuma relação essencial entre o trabalho de fundamentação da matemática e seus desdobramentos teóricos em um sentido mais estrito. Assim sendo, as pesquisas acerca da fundamentação da matemática são dispensáveis e se deve trabalhar com os símbolos estabelecidos por convenção e não problematizar eventuais dificuldades filosóficas que os envolvem. Já as propostas psicologistas consistem em propostas alternativas acerca da noção de “objetividade”. O psicologismo empirista é a proposta segundo a qual os conceitos matemáticos seriam obtidos por abstração empírica a partir de agregados de objetos materiais. O psicologismo idealista, por sua vez, que subscreve a tese de que a objetividade da matemática se assenta em categorias cognitivas, ou transcendentais, próprias aos seres humanos.

Doutorando: Washington dos Santos Oliveira

Linha de pesquisa: Estética e Filosofia da Arte

Orientadora: Márcia Zebina Araújo da Silva

Título do projeto de pesquisa: O Trabalho de Configuração da Imagem e a Representação Artística do Trabalho na Filosofia da História da Arte de Hegel

Título da comunicação: A Questão do Trabalho no Contexto da Estética Hegeliana

Resumo:

A presente comunicação situa-se no interior do campo teórico da filosofia da arte vinculada à obra de maturidade de Hegel, mais especificamente, às anotações realizadas por seus discípulos a partir das suas preleções sobre estética. Partindo do pressuposto de que a dimensão do trabalho é uma instância relevante a que se deve recorrer no contexto da estética hegeliana para que se possa alcançar o sentido da arte e de sua história, busco compreender nestes escritos de que modo a configuração imagética pode refletir não só o contexto social do trabalho no qual a atividade específica do artista está inserida, mas também o sentido do trabalho do próprio artista, sobretudo em sua realização no romantismo. Penso ser possível defender que o artista, tal como Hegel o compreende, atualiza em sua obra as potências encerradas no conceito de trabalho ao mesmo tempo em que representa artisticamente o pano de fundo da realização histórica de sua atividade, relacionando-a à especificidade civilizacional em que ela ocorre.